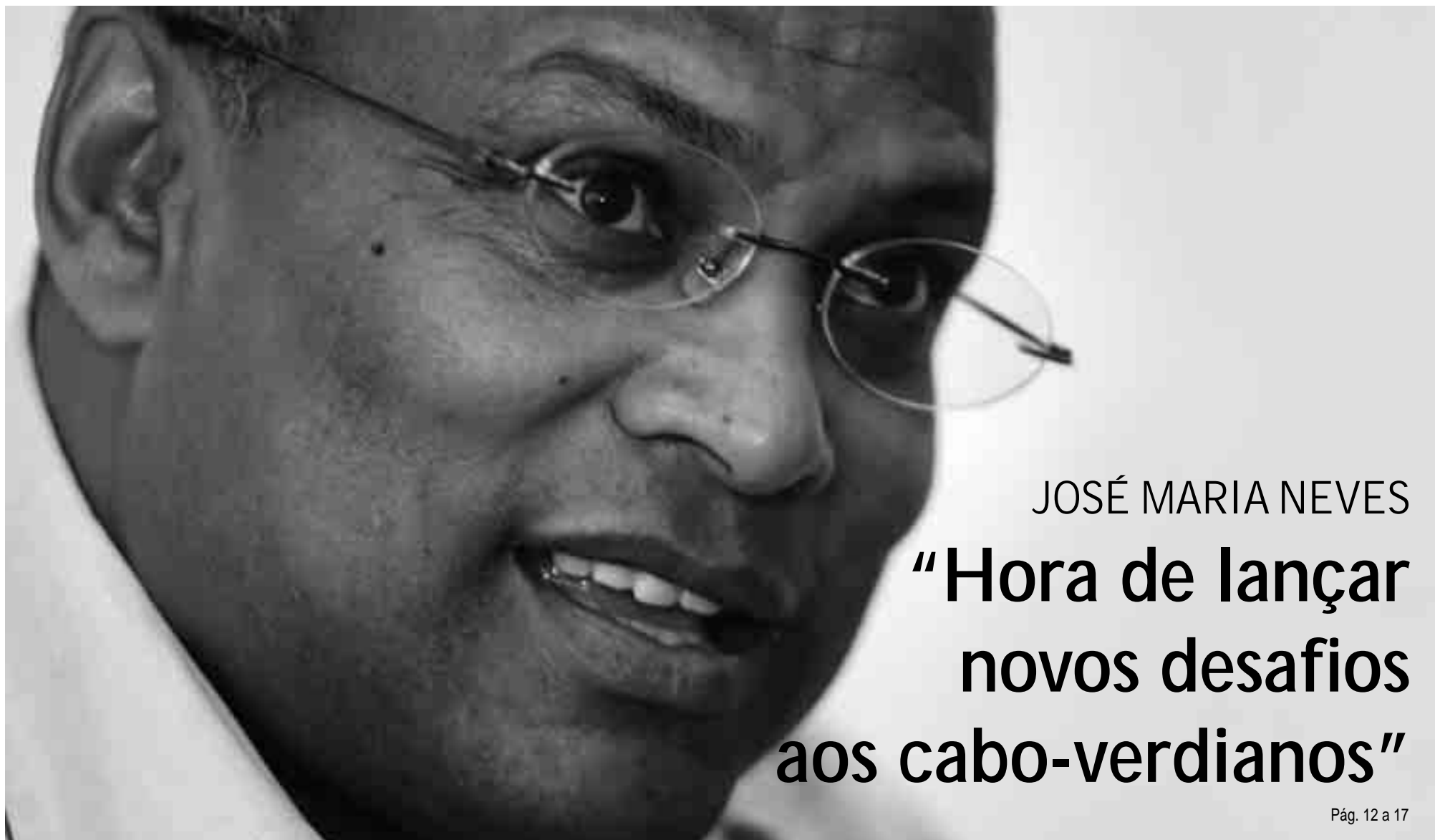


Asemana

80^o
ANIVERSÁRIO
CAIXA

SEXTA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 2008 • ANO XVIII • N° 854 • SEMANÁRIO • PREÇO: 100\$00

DIRECTORA: FILOMENA SILVA



JOSÉ MARIA NEVES
"Hora de lançar
novos desafios
aos cabo-verdianos"

Pág. 12 a 17

MUDANÇA NA DIRECÇÃO DA TACV

Pág. 2

GILLES VAI-SE EMBORA,
ANTÓNIO NEVES ASSUME O COMANDO

SEGURANÇA

Pág. 5

JUDICIÁRIA CRIA GRUPO
DE INTERVENÇÃO ESPECIAL

ANDRÉ AFONSO VOLTA
AO PARLAMENTO
À REVELIA DO MPD

Pág. 2

GUALBERTO CRIA
BANCO COMERCIAL
EM SÃO VICENTE

Cifrao

NOVAS AGÊNCIAS GARANTIA

Sal Rei

BOAVISTA



GARANTIA
SEGUROS

Porto Novo

SANTO ANTÃO

Agora ainda mais perto de si!

www.garantia.cv

Gilles vai-se embora, António Neves assume o comando

António Neves, actual presidente do Conselho de Administração do INPS, é o novo chefe da TACV. Ele vai substituir o controverso Gilles Filiatreault, que nos últimos 19 meses comandou aquela transportadora sempre no meio de grande turbulência.



Termina sem glória a passagem do canadiano Gilles Filiatreault pelo comando da TACV - Cabo Verde Airlines. O seu contrato acaba de ser rescindido, conforme informações recolhidas por **A Semana**. Isso quando, para variar, o homem se encontra mais uma vez fora do país, havendo até quem vaticine que não volta nem para passar a pasta ao seu sucessor.

António Neves, actual presidente do INPS, é quem vai presidir daqui para frente o Conselho da Administração da TACV, que será formado por mais dois outros elementos cuja identidade ainda

se desconhece. A esse triunvirato cabe, doravante, a missão de concluir o trabalho em curso naquela companhia aérea com vista à sua privatização, algo que se arrasta desde os finais dos anos noventa e que o governo espera fechar em 2009.

A decisão de romper o contrato com Gilles Filiatreault foi tomada há vários dias, depois das eleições autárquicas de 18 de Maio, mas só esta semana foi concretizada. Agora que a ruptura se concretiza o governo poderá anunciá-la a qualquer momento.

A contestação interna, especialmente dos pilotos, e o agravamento do quadro

financeiro da TACV terão ditado a dispensa de Gilles Filiatreault pelo governo. Aliás, na entrevista que nos concedeu na semana passada e que damos à estampa nesta edição, o primeiro-ministro José Maria Neves deixa transparecer que *"as coisas não funcionaram como estávamos à espera"*. Mais do que isso, JMN admite que a empresa contratada para realizar o trabalho na TACV, ou seja, a americana Sterling Merchant, *"não terá cumprido rigorosamente as cláusulas contratuais ou não terá tido o desempenho desejado"*.

Com a saída de Gilles Filiatreault e entrada de António Neves é de se

esperar que a pressão na TACV venha a amainar-se, isto numa semana que o tribunal da Praia acaba de dar razão a um grupo de funcionários despedidos por aquele gestor mal entrou na empresa, em Dezembro de 2006. Quem não deixará também de apresentar a factura é o maior partido da oposição, MpD, que há muito vinha chamando a atenção para a forma como o dossier da TACV estava a ser conduzido pelo ministro Manuel Inocêncio Sousa. Aliás, parte destes questionamentos são respondidos na já referida entrevista de José Maria Neves.

André Afonso volta ao Parlamento à revelia do MpD



André Afonso, conhecido deputado do MpD nos anos noventa, vai regressar ao Parlamento. E vai fazê-lo à revelia da actual direcção da bancada do seu partido, que preferia que um outro integrante da lista por Santa Catarina, Avelino Sousa, fosse o escolhido para substituir Mário Silva, que pediu a suspensão do seu mandato.

A história é simples. Mário Silva, deputado do MpD eleito por Santa Catarina, pediu a suspensão do seu mandato e em carta ao presidente da Assembleia Nacional, Aristides Lima, o novel líder daquela bancada, Fernando Elísio Freire, comunica que Avelino Sousa é a pessoa

indicada para ocupar a vaga deixada por Silva. E Freire acrescenta que Avelino Sousa deve ser integrado a tempo inteiro como novo reforço do MpD.

Sabendo que, por norma regimental, é o nome logo a seguir ao deputado que pede a substituição quem tem a primazia nessa substituição, e não sendo Avelino Sousa, mas sim André Afonso o deputado que vem logo a seguir a Mário Silva, o presidente da AN entendeu por bem perguntar a Afonso se concordava com a solução apresentada pelo presidente do seu grupo parlamentar.

Na sua resposta André Afonso, que também não é novo nestas andanças e

porque nessa história não tinha sido nem tido nem achado, tratou de ser claro: respondeu preto no branco que está disponível para substituir, em qualquer momento, qualquer deputado do MpD por Santa Catarina. Diante disso, Aristides Lima tratou de indeferir a solicitação de Fernando Elísio Freire, despachando a favor de André Afonso.

Resumindo, e quando tudo indica que quer vê-lo pelas costas, a direcção parlamentar do MpD vai ter que gramar André Afonso de novo na sua bancada. E diante disso resta saber qual será o seu papel como *"persona non grata"* no seio da sua própria bancada.

A TACV – Cabo Verde Airlines já solicitou um relatório sobre o que se terá passado no sábado, 14, entre a comitiva do primeiro-ministro e o comandante do ATR, Cabral, num voo que devia sair da Praia rumo à ilha de São Vicente. A direcção desta empresa pública quer apurar as responsabilidades da companhia neste caso que deixou o chefe de governo em terra e o fez chegar 4 horas depois da hora prevista ao seu destino. A aeronáutica civil também já fez saber, através do seu presidente Calos Monteiro, que há “um decreto-lei sobre contra-ordenação da aeronáutica civil, que prevê sanções no âmbito da segurança da aviação. *“Havendo matéria, vamos agir com certeza”*, garante Monteiro. Entretanto a Associação dos Pilotos veio ontem a público lamentar *“profundamente o incidente e os incómodos e constrangimentos que provocou ao nosso mais Alto governante”*. Mais, *“a ACPLA considera e assegura que o seu associado agiu com o único intuito de cumprir o seu dever maior de garantir a máxima segurança do voo e dos seus passageiros e de acordo com os regulamentos em vigor na TACV a que se encontra vinculado e com as normas e recomendações internacionais na matéria, sempre praticadas na nossa companhia”*.

Por: CONSTÂNCIA DE PINA

ASA e a TACV investigam incidentes entre o comandante da TACV e a comitiva do Primeiro-Ministro

O Chefe do departamento de Marketing da TACV, António Socorro, garantiu ao **A Semana** que a lei que proíbe o porte de armas nas aeronaves sempre existiu mas nunca nenhuma alta autoridade do estado, e seu respectivo corpo de segurança, foi impedida de viajar por causa dela. Por isso, embora não possa precisar de que lado está a razão, este gestor entende que o facto de sábado deveu-se a um estremar de posições. *“Os gabinetes jurídicos da TACV e da Aviação Civil vão analisar esta questão para ver se o Manual prevalece sobre a autorização da Aeronáutica Civil”*, assevera António Socorro. E enquanto isso, a direcção da companhia aérea de bandeira já pediu um relatório detalhado sobre o incidente a fim de apurar as responsabilidades.

Na TACV, há quem, entre os próprios colegas, critique a atitude do comandante Cabral. E há mesmo quem entenda que a atitude do comandante – ao deixar que o Primeiro-Ministro estivesse a bordo para fazer as suas exigências de segurança –, não *“passou de uma atitude deliberada, com o fito de afrontar o Primeiro ministro deste país”*. Aliás, diz uma assistente de terra, *“o procedimento normal é o comandante fazer todas as exigências e verificar todos os procedimentos relativos à segurança, antes de os passageiros embarcarem. Inclusive para nós podermos fazer o nosso trabalho seguindo todas as normas. Mas não foi isso que aconteceu. O comandante nem sequer deu instruções para que nós agíssemos de igual modo com os demais passageiros porque, sendo assim, eles e a sua bagagem deles tinha que passar pelo detector de metais, o que nos voos internos nunca é exigido”*. “Penso que JMN foi alvo de uma afronta. Cabo Verde é um país de brandos costumes e as regras, embora sejam para cumprir, são flexíveis. *“Houve excesso de zelo, ou, pior, o PM foi discriminado, pois exigiu-se a ele e à sua comitiva o que não se exigiu aos demais passageiros”*, indica um técnico, de manutenção que aproveita para questionar se era a primeira vez que JMN e seus guardacostas, que também têm regras de conduta, viajavam com este comandante. Como apontou este técnico do TACV desde 2006 acabou-se com a prática de o corpo de segurança entregar as munições ao comandante para este as guardar num dispositivo existente para isso no Cock Pit do avião.

E porque, como diz a nossa fonte, o incidente de sábado foi inédito nos seus 27 anos de trabalho, é bom que as pessoas que zelam pela segurança do país venham sentar-se à mesa para decidir a sério como tratar casos semelhantes. Para isso, ensina, basta analisar as condições do país e traçar uma estratégia credível de segurança para a aviação civil cabo-verdiana.

ASSOCIAÇÃO DE PILOTOS “LAMENTA PROFUNDAMENTE” O OCORRIDO

Uma necessidade que o comunicado da Associação de Pilotos vem confirmar quando após citar vários artigos do código acronáutico para mostrar *“o comandante como única e máxima autoridade a bordo”* possuindo inclusive e “poder especial extremo de alojamento de coisas se considerar que tal seja indispensável para a segurança da aeronave do, referindo-se a Aviação Civil que *“não se pode invocar em contrário mera*

“Directiva” da AAC, pois que as directivas do regulador se dirigem aos operadores (que as devem incorporar nas suas normas e regulamentos) e não aos tripulantes (que, de acordo com os regulamentos da AAC – as CV CAR - estão vinculados às normas regulamentares de transporte de armas constantes do Manual de Operações da companhia). Aliás, tal *“Directiva”* não era, nem tinha que ser, do conhecimento dos comandantes da TACV, dado o seu carácter naturalmente reservado.

E a ACLP faz ainda questão de esclarecer que na situação do incidente em causa, o comandante não proibiu a presença das armas no avião, como faria a um passageiro comum; dada a função dos portadores das mesmas (escolta de uma alta entidade) apenas exigiu que as armas lhe fossem entregues para serem devolvidas a saída do avião, no destino, ou que, em alternativa, fossem descarregadas.

“Essa foi sempre a prática da TACV, plenamente conforme com a prática e as recomendações internacionalmente em vigor e, em especial, conforme com as exigências insuperáveis da segurança de voo”, lembram os pilotos.

Mais ainda, *“o desembarque de passageiros foi determinado pelo comandante Cabral tendo em vista preservar S.E. o Primeiro Ministro e a TACV da situação constrangedora que se gerou, de impasse e de discussão de uma questão tão sensível de segurança do voo, entre o supervisor e a escolta, perante os passageiros”*.

Pelo exposto e em conclusão, a ACPLA vem publicamente declarar que:

Não houve qualquer intuito de desrespeitar ou de ofender a consideração devida e sempre concedida pelos comandantes de aviões da TACV a S.E. o Senhor Primeiro Ministro;

O Comandante Cabral agiu no estrito quadro dos deveres indeclináveis que sobre ele impendem, com o único intuito de minimizar os riscos e garantir ao máximo a segurança do voo e dos passageiros, deveres acrescidos pela presença do mais Alto governante do país; e também no respeito pelos regulamentos e prática da companhia, a que deve directamente obediência;

Por último a ACPLA se disponibiliza, de imediato, para uma reanálise serena, mas *“urgentíssima”* - que se impõe - das circunstâncias que conduziram ao incidente, preferentemente com o apoio de especialistas e organismos internacionais, tendo em vista encontrar normas e regulamentos que assegurem, de modo efectivo, mas equilibradamente, todos os interesses em presença (do Estado, da TACV, do pessoal navegante, dos passageiros e da aviação comercial em geral), com a óbvia prevalência da segurança de voo.

CONTRA-ORDENAÇÃO AERONÁUTICA

Carlos Monteiro, presidente da Agência da Aeronáutica Civil, a entidade que autorizou o porte de armas no voo VR4021, informa que, ao contrário do que se quer fazer crer, a decisão da AAC não foi isolada. Ou seja, aqui não está em causa se a autorização prevalece sobre o Manual GOM (General Operation Manual), que está desactualizado. *“A autorização da AAC está consubstanciada na Directiva de Segurança sobre o Transporte*

de Armas em Aeronaves Comerciais da Agência de Aviação Civil (AAC). Mas o comandante Cabral está a escudar-se no Manual GOM. Entretanto, existem outros manuais, por exemplo o Manual de Segurança, que contempla esta Directiva”.

O mais grave, prossegue Carlos Monteiro, é que o comandante foi advertido e alertado para a existência deste outro Manual e, mesmo assim, mostrou-se irredutível e fez valer a qualidade de autoridade máxima da aeronave. Por tudo isso, prossegue, a AAC também já está a apurar responsabilidades. *“Temos um decreto-lei sobre contra-ordenação da aeronáutica civil, que prevê sanções no âmbito da segurança da aviação. Havendo matéria, vamos agir, com certeza”*, assevera o presidente da AAC.

GOVERNO APRESENTA PROTESTO À TACV

Na última terça-feira, três dias depois do incidente, a chefia do governo, em comunicado, anunciou que vai apresentar um protesto à companhia aérea, *“contando que a legislação e as directivas aplicáveis na matéria sejam rigorosamente observadas e as responsabilidades adequadamente assacadas”*. É que, alega o Governo, o incidente com o comandante Cabral foi inusitado e os cidadãos e as autoridades competentes não permitirão que faça escola, quaisquer que sejam os motivos a ele subjacentes.

Isso porque o transporte de armas por parte dos guardacostas do PM está suportado pela Directiva de Segurança sobre o Transporte de Armas em Aeronaves Comerciais da Agência de Aviação Civil (AAC), que diz que, *“por questões de segurança, apenas serão autorizados a embarcar com armas na cabine de aeronaves os efectivos da Polícia Nacional afectos ao Corpo de Protecção de Altas Entidades, em efectiva missão de acompanhamento duma alta entidade nacional ou estrangeira, entre outros”*.

Foi o aconteceu neste caso, tendo o Comandante da guarda pessoal do PM solicitado essa autorização no dia 12 de Junho, ao abrigo da directiva acima referida. Este obteve a autorização da AAC no dia seguinte, 13, em nota enviada com conhecimento da Direcção dos aeroportos da Praia (ADP) e do Mindelo (ASP). Ou seja, todos os trâmites e procedimentos especiais foram respeitados.

“O voo estava previsto para descolar às 6h20 de sábado. Já com todos os passageiros a bordo, incluindo o PM, um dos supervisores da TACV informou os seguranças de José Maria Neves que o comandante se recusava a levantar voo porque os mesmos não poderiam embarcar armados”, lê-se no comunicado da chefia do governo.

Informado, através do supervisor de que a direcção do ADP, bem como o ASP já tinham conhecimento da autorização da entidade aeronáutica que lhe foi exibida, completa mesmo isso não demoveu o comandante da aeronave, que mandou então desembarcar os passageiros. Atitude que fez com que os serviços do PM considerassem não haver condições para poder continuar no avião, o que levou a TACV a providenciar um outro avião para transportar a comitiva à ilha de São Vicente.





Tel: 231 91 52 / Im: 541 85 85 - 598 85 52 / Fax: 242 74 70 / Rua Praia, Praia - 93 - Mindelo / Tel: 231 96 64 / Im: 595 86 92 / Fax: 231 97 06 - 232 74 70 / E-mail: stanamadmo@oviscom.cv / oficinastand@oviscom.cv / Avenida Manuel de Matos - CP 861 - Mindelo - S. Vicente - Cabo Verde

Unidade especial da Judiciária

A Judiciária criou um Grupo de Intervenção Especial, preparado para dar combate a actos de terrorismo, sequestro e proceder a buscas e salvamentos em casos complexos. Esta força, preparada com a ajuda de uma unidade da polícia judiciária francesa – a RAID – encontra-se apetrechada com armamento, meios de comunicação e equipamentos de intervenção modernos, à altura das grandes organizações criminosas.

Composto por homens e mulheres, o GIE está em condições de actuar em qualquer cenário dentro do país, mas as suas unidades encontram-se concentradas nas ilhas de Santiago, S. Vicente e Sal.

Segundo dados recolhidos por **A Semana**, esta unidade da PJ cabo-verdiana recebe treinos à altura dos militares especiais das Forças Armadas e está capacitada para enfrentar casos extremos, como tiroteios com grupos marginais. Os elementos usam coletes à prova de bala e gorros para tapar os rostos, para evitar que sejam facilmente identificados.

Apenas esta semana a Judiciária fez uma apresentação pública dos equipamentos usados pelo GIE, mas **A Semana** sabe que esse corpo já actuou, com sucesso, numa operação de narcotráfico em S. Vicente.



KzB



Cabo Verde Shipping Agency, Lda.

De porto em porto até si.

PORTS	VESSELS VOY	NORDSTAR 22.820	LAGOA 22.821	EASTSTAR 22.822	LAGOA 22.823	NORDSTAR 22.824	LAGOA 22.825	EASTSTAR 22.826	LAGOA 22.827	NORDSTAR 22.828	LAGOA 22.829	EASTSTAR 22.830	LAGOA 22.831
LE HAVRE	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Watson Brown etd		23 Mai	---	07 Jun	---	20 Jun	---	04 Jul	---	18 Jul	---	01 Ago	---
ANTWERP	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
ACSA82 etd		23 Mai	---	07 Jun	---	20 Jun	---	04 Jul	---	18 Jul	---	01 Ago	---
ROTTERDAM	eta	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Cross Ocean etd		26 Mai	---	10 Jun	---	23 Jun	---	07 Jul	---	21 Jul	---	04 Ago	---
LEIXÕES	eta	28 Mai	10 Jun	13 Jun	23 Jun	27 Jun	05 Jul	11 Jul	20 Jul	23 Jul	03 Ago	06 Ago	17 Ago
Transinsular etd		02 Jun	11 Jun	17 Jun	23 Jun	30 Jun	07 Jul	14 Jul	21 Jul	28 Jul	04 Ago	11 Ago	18 Ago
LISBOA	eta	03 Jun	12 Jun	18 Jun	24 Jun	01 Jul	08 Jul	15 Jul	22 Jul	29 Jul	05 Ago	12 Ago	19 Ago
Transinsular etd		04 Jun	12 Jun	18 Jun	24 Jun	01 Jul	08 Jul	15 Jul	22 Jul	29 Jul	05 Ago	12 Ago	19 Ago
LAS PALMAS (a)	eta	09 Jun	---	21 Jun	---	04 Jul	---	18 Jul	---	01 Ago	---	15 Ago	---
Bérge etd		09 Jun	---	22 Jun	---	05 Jul	---	19 Jul	---	02 Ago	---	16 Ago	---
SÃO VICENTE	eta	12 Jun	17 Jun	25 Jun	29 Jun	08 Jul	13 Jul	22 Jul	27 Jul	05 Ago	10 Ago	19 Ago	24 Ago
CSA etd		13 Jun	17 Jun	26 Jun	29 Jun	09 Jul	13 Jul	23 Jul	27 Jul	06 Ago	10 Ago	20 Ago	24 Ago
PRAIA	eta	19 Jun	18 Jun	27 Jun	30 Jun	10 Jul	14 Jul	24 Jul	28 Jul	07 Ago	11 Ago	21 Ago	25 Ago
CSA etd		21 Jun	18 Jun	30 Jun	01 Jul	12 Jul	15 Jul	26 Jul	29 Jul	09 Ago	12 Ago	23 Ago	26 Ago
BISSAU	eta	15 Jun	---	02 Jul	---	14 Jul	---	28 Jul	---	11 Ago	---	25 Ago	---
Agemar etd		17 Jun	---	04 Jul	---	16 Jul	---	30 Jul	---	13 Ago	---	27 Ago	---
LEIXÕES	eta	27 Jun	23 Jun	11 Jul	08 Jul	23 Jul	20 Jul	06 Ago	03 Ago	20 Ago	17 Ago	03 Set	31 Ago
Transinsular etd		---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Obs.: (a) Subject inducement
Feeder from Rotterdam to Leixões

SANTIAGO – PRAIA
João Nunes
 Rua Visconde S. Januário nº12 – Caixa Postal 501 – PRAIA
 Tel: +238 2 611179 * Fax: +238 2 611198
 e-mail: csa.com@cvtelecom.cv

S. VICENTE – MINDELO
Lucas Monteiro
 Rua Angola – Prédio Miguel Coronel R/C – MINDELO
 Tel: +238 2 322750 * Fax: +238 2 32275
 e-mail: csa.vxe@cvtelecom.cv






PARA SEMPRE LOUVADO, O AMADEU OLIVEIRA!



GERMANO ALMEIDA

“
...Mas agora diga-me você, Amadeu, o seu patrão do Sal, você em consciência considera-o de facto um investidor, ou ele não será antes um simples especulador de terrenos que lhe vendem de manhã por 10 e ele revende à tarde por 50, por 100, por 640, sem uma única mais-valia para além do seu nome acrescentado?...
 ”

Em boa verdade tanto eu como o Amadeu Oliveira escrevemos fora de tempo. Estava ausente do país quando escrevi a minha crónica anterior e não tinha lido, entre outros escritos, quer a entrevista do Júlio Correia a este jornal, quer a do primeiro-ministro, aquela de “... *assumo as minhas responsabilidades*” em que diz que vai analisar a situação, ver as causas da derrota e tomar as medidas que se impõem.

De modo que quando eu escrevi a exortá-lo a mudar de política, realmente ele já o tinha prometido. Mas agora vem o Amadeu Oliveira instá-lo a “*continuar a obra digna de louvor que tem desenvolvido até então*”. Ainda que seja verdade que “*se não são emitidas opiniões contrárias, não é possível escolher a melhor*”, Deus não permitirá que ele ouça esta, seria o desastre daqui a dois anos.

Não faço ao Amadeu Oliveira a ofensa de dizer que o seu texto tem todo o ar de ser encomendado, julgo ter dele um conhecimento pessoal que me proíbe esse mesquinho pensamento. Porém, sempre lhe direi que está a merecer um lugar neste Governo, talvez o de ministro da propaganda, acho que seria de grande utilidade até às próximas eleições, como se sabe o PAIGC/CV nunca foi boma auto-vender-se, veja-se o exemplo da primeira república. Portanto, se é verdade que tem sido prejudicado por actos e omissões deste Governo, está na hora de o Governo emendar a mão, premiá-lo quanto mais não seja com um lugar num conselho de administração de alguma empresa, como tem feito e dizem que continua a fazer com outras pessoas até de menor zelo, afinal das contas Amadeu demonstra coragem ao vir assim ligar o seu nome à defesa de situações que dirigentes do partido não assumem defender. Leia-se a entrevista de Júlio Correia e também um lúcido texto do Mário Matos que está a correr na Internet.

Tanto o Amadeu como eu somos juristas, trabalhamos com palavras. E eu tenho a basofaria de dizer publicamente que domino razoavelmente bem a língua portuguesa. Ora é em português que nos temos vindo a entender e por isso não gostei de ver o Amadeu, primeiro, acusar-me de fazer uma cega defesa dos “*meramente alegados*” sic proprietários de terrenos na Boa Vista; segundo, retirar do seu preciso contexto a minha frase “*... Se há coisa difícil de fazer neste momento, é inventariar razões para louvar o PAICV, ...*” para, unicamente com ela, me admoestar com excesso. E é justamente esse pormenor que me faz pensar em encomenda, porque essas coisas não são novas, bastava ao Amadeu reler a diatribe entre Pinheiro Chagas e o Eça de Queirós para evitar repetir um erro conhecido. Mas não o fez, e agora vou vingar-me e, de tudo o que ele disse, vou pegar apenas em “*a forma desequilibrada como tem enfocado a questão dos investidores externos em Cabo Verde*”... para o questionar.

Mas antes disso: Nunca ninguém

ouviu ou leu de mim uma única frase em defesa de proprietários de terrenos, da Boa Vista ou de qualquer outra ilha, é assunto que não me tem interessado. De modo que espero do Dr. Amadeu Oliveira, ou a prova dessa “*cega defesa*” ou um público pedido de desculpas.

Adiante: Na minha frase que Amadeu escolheu para me censurar e que ele chama de absolutamente assassina, estão duas palavrinhas que ele propositadamente não quis ler: **NESTE MOMENTO!** Evidentemente que se tivesse lido toda a frase, não só não poderia usar essa expressão sem dúvida de belo efeito literário, “*absolutamente assassina*”, com que pretende ver-me a crucificar o PAICV, como o seu texto ficaria manco, não poderia desfiar a “*verdadeira revolução*” que tem acontecido de 2001 a esta parte em infra-estruturas, administração pública, economia empresarial, parceria especial com a Europa... Só há falhas na Justiça, não é Amadeu?

Mas nada contra! Pena é que enquanto isso as pessoas concretas, vivas, aquelas que votam, terão sido esquecidas por uma política onde já não se revêem, e o que rendeu foi perder a Praia, Santa Catarina, nem uma mesa de voto ganha na Boa Vista... E você acha que há razões neste momento para louvar o PAICV? Francamente, Amadeu! E já nem lhe falo do imposto chamado taxa rodoviária com um passo à frente e dois atrás, nem dessa última do avião da TACV preso nas Canárias por falta de pagamento de uma dívida. Está a ver, Amadeu, na página 15 o **ASemana** denuncia a TACV como caloteira e você defende-a na página 22 como boa coisinha. Sim senhor, um verdadeiro D. Quixote! Mas a mim a TACV só me interessa enquanto utente, nada tenho com as brigas de seja quem for, só sei dos seus atrasos que tenho que atribuir a uma má administração. E já nem lhe falo do badalado incidente do voo Praia-Mindelo de sábado, dia 14.

Falemos agora da “*forma desequilibrada*” como acha que tenho escrito sobre os investidores estrangeiros. Confesso que é um lugar comum que não contava vindo do Amadeu Oliveira, ainda que seja verdade que ele não nega ter laços comestíveis com alguns deles. Mas agora diga-me você, Amadeu, o seu patrão do Sal, você em consciência considera-o de facto um investidor, ou ele não será antes um simples especulador de terrenos que lhe vendem de manhã por 10 e ele revende à tarde por 50, por 100, por 640, sem uma única mais-valia para além do seu nome acrescentado? Você está ou esteve ligado à Sociedade de Desenvolvimento da Boa Vista e Maio. Diga-me, afora os milhares de contos que essa Sociedade desbaratou proveniente de terras alheias vendidas (Sim, porque quando foram vendidas ainda eram alheias, não sei como isso lhe passou!) que mais benefícios trouxe até agora para Cabo Verde? Você poderá dizer-me que a Sociedade está no presente

sendo dirigida por um cidadão respeitável, mas a verdade é que você esteve assessorando um traste. Diz que há coisas que nós outros não sabemos, mas que você, como conselheiro ou assessor ou seja o que for, parece saber. Diga-nos pois, nós agradecemos, tire-nos de cima o peso dessa angústia de ver a nossa terra fugir de nós para mãos sem escrúpulos, sem termos alguma coisa em troca. Justifiquenos, por exemplo, a existência de uma empresa com placards nas ruas a dizer “*Procura-se dono de terrenos ou casas para colocar à venda na nossa agência para um negócio em segurança*” ou “*We have many lands for sell in all Cape Verde Islands*”. Você ainda acha que precisamos de investidores estrangeiros desta laia? Mil vezes o homem da Achada de Santo António na Praia que ao menos oferece um peixe grelhado de qualidade.

Mas de uma vez por todas, vamos esclarecer uma coisa: é falso eu ser contra investidores estrangeiros, sendo certo que sou absolutamente contra especuladores imobiliários, sejam nacionais ou estrangeiros, e que ainda por cima nem sequer pagam os impostos devidos, antes fugindo deles como o diabo da cruz.

Claro que você dirá que a culpa não é deles e estou de acordo. Culpados têm sido os nossos governantes de 91 a esta parte que, alucinados pela miragem do crescimento a 2 dígitos, desataram a vender terras sem cuidar dos projectos a elas destinados e da sua interacção na realidade social e cultural nacional, sem cuidar da necessidade de o povo caboverdiano não se sentir excluído de um turismo que queremos humano.

Não perca, pois, tempo comigo a tentar converter-me porque já sou convertido. Escreva antes aos nossos amigos do Governo do PAICV, mas seja mais comedido nos elogios, nunca perca de vista que o cemitério está cheio de homens insubstituíveis. Em vez de paninhos quentes e colherinhas de chá (garanto-lhe que à volta deles gravitam centenas de homens do SIMSEHOR!), diga-lhes antes que, depois de uns memoráveis quatro anos iniciais, entraram naquele acumular de asneiras que levaram à queda do MpD em 2001. Que nós caboverdianos somos um povo ingrato e que o PAICV devia ter aprendido em 1991 que para nós quem fez 99 e não fez 100 não fez nada. Que o que vem sendo feito é simples mercearia de um único produto que são os terrenos, e não nos interessa se essa venda a retalho é feita pelas Câmaras ou pelo Governo, porque o Governo é o responsável pelo Estado e não pode escudar-se na autonomia das autarquias para deixar delapidar o país.

Você mostra-se escandalizado, mas a verdade é que se o PAICV não nos preferir a investidores/especuladores como o seu, nós vamos ter que preterir-lo a ele, ainda que seja a favor do simples voto em branco. Tão simples como isso, meu caro Amadeu Oliveira!

CHEEEEEEGA!!!

“A política é quase tão excitante como a guerra e não menos perigosa. Na guerra a pessoa só pode ser morta uma vez, mas na política diversas vezes.”

WINSTON CHURCHILL

CHEGA!

Chega de festejos. Chega de chorar sobre o leite derramado. Chega de mensagens de ego. Chega de auto-comiseração. Chega de farompas. Chega de buscar cabelo em ovo.

Aos vencedores sugiro, ao jeito do tutor de Alexandre Magno, que vejam a sua sombra e que reparem que ela (a sombra) não é MAIOR do que era dantes. Aos vencidos faço sugestão parecida: que constatem que a sua sombra não é MENOR do que era dantes.

Acabou a ladainha de grupos vencedores e grupos vencidos. É chegada a hora de grupos que competem. E grupos que competem tendem a comportar-se de modo bem diverso: (i) são, geralmente, coesos (*seus membros se unem, eliminando suas diferenças internas*); (ii) mudam o clima de informal, casual e brincalhão para competido em cumprir os objectivos; (iii) os seus membros estão predispostos a aceitar uma liderança autocrática (e, em reacção de complementaridade, os padrões de liderança deslizam, também, do democrático para o autocrático); (iv) são altamente estruturados e organizados; (v) e exigem mais lealdade dos seus membros (que, por seu lado, se disponibilizam, sem reboço, para dar corpo a uma frente - sólida e unida qb - para enfrentar os adversários).

É que há aí à frente, esperando pela atenção de AMBOS (de TODOS), tanta coisa por

equacionar e resolver. Ele é a Praia que não pode continuar adiada; são as eleições legislativas que aí vêm; é o presente clamando por transformações; é o futuro por construir; ele é um mundo de coisas que não acontecem de per si. A hora é, pois, de trabalho.

Trabalho para encontrar as soluções por que a Praia clama. A Praia tem solução, sim senhora, mas as soluções têm de ser construídas. Não estão à mão de semear: exigem planeamento, organização, direcção e controlo; exigem engajamento do poder local, do poder central, das forças vivas locais, de todos os praienses. Situação e oposição devem atirar para detrás das costas as questiúnculas e darem-se as mãos para viabilizar as soluções para que esta cidade cresça, se desenvolva e prodigalize progresso e bem-estar para residentes e visitantes.

Trabalho, também, para que o país continue a ser governado com ponderação. A situação que afine o seu programa de governação e refine a sua performance. A oposição que se prepare, se organize e se apresente como alternativa credível à governação. E que cada um faça o seu trabalho de casa, para que não nos venham chatear depois com lengalengas do tipo “fraude”, “compra de consciências”, “bocas-de-urna”, e «outras bocas». Que o povo vota sempre certo. Conscientemente ou porque «Deus escreve direito por linhas tortas», a história das eleições livres nesta

República confirma a justeza das opções deste povo. O voto é a arma do povo e este tem-na usado com a perícia de um Billy «the Kid» ou dos irmãos James (Jesse and Frank).

É, pois, chegado o momento de pôr um ponto final nas lamúrias e nos festejos. É chegada a hora de se montar (ou remontar, conforme os casos) os melhores governos possíveis. Para a República e para a sua Capital. É chegado o momento de organizar os partidos e as associações cívicas para os desafios que nos esperam. Nem os partidos, nem as associações (cívicas, comunitárias, de classe, etc.) devem meter férias.

As organizações da sociedade civil para ajudarem os poderes a actualizarem o levantamento dos problemas que clamam por uma solução; para cooperarem na identificação das prioridades; para participarem das tomadas de decisão.

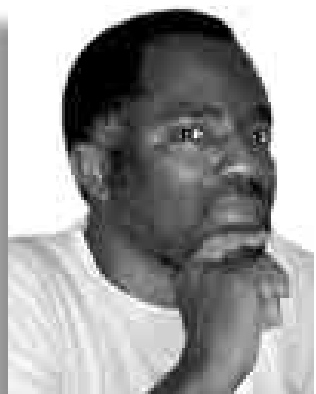
Os partidos para fazerem o seu papel de correia de transmissão entre as populações e os poderes: auscultando as populações, influenciando a governação e direccionando as decisões dos poderes por eles suportados. E, claro está, que se organizem, convenientemente, para os embates eleitorais que vêm aí; que se preparem para todas as eventualidades (1, X ou 2, que nem no Totobola); e, finalmente, que aprendam a respeitar as decisões do eleitorado (ELE sabe o que quer, para onde vai, e, principalmente, **COM QUEM VAI**).



ANTÓNIO LUDGERO CORREIA

“
E que cada um faça o seu trabalho de casa, para que não nos venham chatear depois com lengalengas do tipo “fraude”, “compra de consciências”, “bocas-de-urna”, e «outras bocas»
”

RECUOS



JOSÉ MARIA VARELA

“
Tal como nos tempos dos faraós do Egipto, os soberanos dos nossos dias não dispensam os seus súbditos do pagamento de taxas e de impostos.
”

Quando se está num determinado patamar, conquistado a duras penas, e se é obrigado a recuar para posições anteriores, a sensação é de desconforto e a evidência de que o efeito de sucessivas vitórias pode ser subitamente anulado. As razões para essa perda de terreno podem ser as mais diversas, e as consequências, quase sempre, indesejáveis ou amargas.

Na TACV, apesar do clamor nacional para que, quem de direito, saia a terreiro para esclarecer sobre o actual estado da empresa, a cerração mantém-se no ar, para a intranquilidade de todos. Socorrendo-se no que se tem publicado na imprensa, as referências vão para o recuo óbvio na performance da TACV, com os motores a trabalharem na posição de reverso. O clima reinante entre direcção e trabalhadores é no mínimo de alguma turbulência. Para determinados responsáveis políticos do país, essa situação de conflito terá mesmo influenciado o resultado das últimas eleições autárquicas na capital. Quanto à qualidade do serviço prestado, tal como acontece com a Electra, são muitas as razões de queixa. E, no caso, o passageiro pode mesmo se chamar José Maria Pereira Neves que a situação não se altera. Muito pelo contrário...

Tal como nos tempos dos faraós do Egipto, os soberanos dos nossos dias não dispensam os seus súbditos do pagamento de taxas e de impostos. E as razões alegadas para a cobrança são sempre nobres. Com o dinheiro assim arrecadado, o Estado terá condições para melhorar as condições de prestação dos cuidados da saúde, reformar as escolas, efectuar a manutenção

de estradas, etc. Apesar disso, os cidadãos em geral, manifestam alguma renitência em pagar impostos, inventando muitas desculpas para não depositarem a sua contribuição de forma voluntária e com entusiasmo. Assim, compete a cada governo realçar as virtualidades das leis fiscais, particularmente quando o desafio é a introdução de uma nova taxa, para a qual não se prevê a adesão espontânea e imediata dos contribuintes a mais um pagamento ao Estado.

É o caso da recém-criada Taxa de serviço de manutenção rodoviária, que vai entrar em vigor nas próximas semanas, arrecadando sete escudos por cada litro de gasóleo ou gasolina para serem canalizados para o Fundo Autónomo da Manutenção Rodoviária. Durante quase duas semanas, proprietários de automóveis, empresas de transportes públicos, sindicatos, andaram a fazer contas à vida, apreensivos quanto ao rombo no orçamento resultante da nova taxa, com alguns sectores da sociedade a agendarem manifestações de protesto porque, o que estaria em causa era o pagamento de mais sete escudos na compra de cada litro desses combustíveis. E eis que o governo vem “explicar” que, afinal, o preço se mantém para o consumidor, que os sete escudos irão sair do valor que já se paga nas bombas de gasolina. Recuo ou não, o primeiro-ministro acabou por reconhecer que “o governo comunicou-se muito mal com a sociedade”. Para facilitar o trabalho, convém melhorar a comunicação para que tudo fique bem explicado à partida porque, de outro modo, ficará difícil, no futuro, mexer

na regulamentação relativa às contribuições e impostos sem que haja uma forte reacção dos cidadãos que, astuciosos, vão descobrindo que “quem não chora não mama”.

Apesar da importância relativa dos recuos que podem ser observados no país, se levantarmos a vista para olharmos um pouco o que se passa pelo mundo, somos capazes de identificar outros recuos, de alcance planetário que, directa ou indirectamente, terão repercussões em Cabo Verde. A crise energética que atinge países em todos os continentes, afectando países industrializados e países pobres, ameaça a vitalidade económica a nível mundial. Com a subida galopante dos preços dos combustíveis, alguns estados do nosso continente já experimentam sérios problemas de abastecimento por absoluta escassez de divisas para comprar esses derivados do petróleo, podendo recuar à era pré-industrial.

Outro motivo de preocupação é a crise alimentar mundial, intimamente ligada à questão energética. É o recuo evidente perante várias conquistas do século XX, com a fome e a miséria a ameaçarem vastas áreas do mundo. Com a subida de preço de cereais vê-se agravada a situação de milhões de pessoas. A subida conjugada desses dois bens - combustíveis e alimentos - deita por terra a esperança de muitos países que julgavam possível cumprir os objectivos do milénio. No que depender de Cabo Verde e dos cabo-verdianos, tudo deve ser feito para não perdermos tempo com recuos. Na verdade, quem anda para trás é kutubém.

PAICV: RENOVAÇÃO OU ADAPTAÇÃO?



RUI PEREIRA

“
Após as últimas eleições autárquicas, o PAICV precisa, sobretudo aqui na Praia (o maior espaço eleitoral na geografia política nacional) de todas as habilidades para reabilitar as boas memórias do trabalho feito de 2001 a esta parte, numa linha de organização (partido-governo-grupos e redes de simpatizantes, aliados e sociedade civil) fortemente competitiva e dinâmica. Tal como o MpD, terá de fazer, a partir daqui, a lógica de 'dois em um', ou seja: o movimento legislativo e o movimento presidencial.

”

Veja-se que o Estado, na linha de pensadores neoclássicos como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes (a transição da época medieval à fase do renascimento), demorou muitos séculos a ser construído na sua dimensão universal, sendo, hoje, das maiores invenções do homem social, supostamente em benefício da preservação e perennização das colectividades humanas. Todavia, nos últimos anos, ele vem sendo destruído um pouco por toda a parte. Seja por cedência às pressões e tentações neoliberais; seja pela ardente paixão às campanhas de competição democrática eleitoral visando defender ou conquistar o poder político; seja pelos estilos de comunicação confrontatária, ou pelos tons de melhor indução e manipulação comunicacionais das massas sociológicas; seja por tantas outras formas de luta às ideias e aos projectos políticos contrários, em que tudo vale para se tornar o inimigo vulnerável junto dos alvos sociais - não servindo, para quase nada, a natural obrigatoriedade em fomentar, in facto, a qualidade soberana-essencialista do Estado, em promover e intensificar a doutrina positiva tendo em vista a realização da cultura de boa cidadania, da ordem e da paz sociais, bem como da construção das aspirações de desenvolvimento para uma vida colectiva cada vez de maior prosperidade material, psicológica e espiritual. Esta é, seguramente, a apologia que interessaria hoje, e que se torna difícil observar, de modo determinado e consistente: Estado forte/com força, pelo seu acento tónico na autoridade, na ordem, na hierarquia e na primazia da colectividade sobre os interesses individuais. Exactamente no mesmo sentido dos fundamentos propostos pelo influente estudioso de ciências políticas, Samuel Huntington - naturalmente, sem que se crie obstáculos à democracia, enquanto fórmula ideológica de se chegar e se governar os Estados.

No alongar deste raciocínio, é igualmente observável o caminho de lenta, quanto segura, destruição que, entre nós, o Estado tem assumido. Vários levantamentos comprovativos de causa-efeito podiam ser feitos. Com efeito, nesta altura, impõe-se, como uma das *'urgências máxime'*, um código de inflexíveis compromissos, para lá dos ciclos eleitorais, entre os partidos políticos, na perspectiva de se conceber e se promover estratégias e medidas que não depauperem as motivações e convicções do Estado na projecção da sua imagem entronizante junto do cidadão comum. Assume-se, como determinismo corrente, que os partidos, os actores políticos examinem, ainda a tempo, os seus gestos, as suas atitudes, as suas mensagens, as suas linguagens e discursos, as suas práticas de mobilização e participação nas eleições, os seus impulsionamentos para se sobreponem à mera lógica de vitória partidária fixando, aí sim, nos alicerces da cuidadosa articulação com o processo de depuração do Estado, quer estando no poder, quer fora dele. Com certeza que vários são os caminhos, várias são as opções e as terapias no sentido de se inverter o progressivo abandono das funções de alto serviço público que a acção política, dos partidos políticos e seus agentes motores, devem assegurar ao Estado.

Goste-se ou não, o cenário duma sociedade cada vez mais livre, mas também cada vez mais hostil e bárbara é o que os nossos olhos vão captando. Alguém poderá ainda perguntar se há uma relação directa com a política. Deixe-se estar, e veja se dos políticos e da política não se esteja a irradiar demasiados impulsos relativos ao estender: da depressão, do medo e da angústia. Deixe-se estar, e veja se em nome da luta pelo poder democrático, pela indiscutível luta pela dominação de grupos de interesse sobre os interesses colectivos - o Estado não esteja a caminhar para a sua objectiva banalização e declínio. Deixe-se estar, e veja se os agentes políticos estarão a dar conta das suas obrigações e necessidades para exercitar a pedagógica contenção, por exemplo, nos ambientes dos processos eleitorais em que os actores/sujeitos políticos se pontificam nos excessos de erotismo e de combatividade. Deixe-se estar, e veja se realmente todos os intervenientes não se empenhem, até à exaustão, nos jogos dionisíacos eleitorais/nos folguedos carnavalescos eleitorais/nos rituais

populares eleitorais, na deliberada ameaça eleitoralista àqueles de ideias e opções contrárias, a partir de linguagens de guerra, exaltando, no extremo da doutrina negativa, o quadro de pobreza e de promessas, pervertendo e arruinando os estados de alma solidários, inviabilizando a cultura de amizade/de carinho, de consideração social e de respeito para com os feitos de sentido público/para com as grandes obras resultantes da dedicação de excelência dos outros que, tão-só, valorização a imagem suprema do Estado. Deixe-se estar, e veja se não são reais as preocupantes, quanto novas, dependências da base social cabo-verdiana. Por exemplo: as acções de fácil agressividade na relação com o próximo; a circulação/a venda/o enriquecimento/a posse/o consumo da/pela droga sobretudo junto das camadas mais jovens; a banal prostituição; o inútil consumo de telemóveis; a corrida assentimental para o máximo de ausência de valores ético-morais familiares; a opção para a institucionalização da família monoparental, com os filhos por um lado e os pais completamente divididos; a abundante delinquência juvenil como, por vezes, inexplicável preferência de vida; os assassinatos pelo prazer da crueldade em fazer os outros sofrerem; o dinheiro fácil em troca do *'voto palha'*, e mais?... Onde está a política, onde estão os políticos, onde estão as atribuições dos profissionais da política, no meio disso?

Enfim, é momento de se consciencializar para que se arpeje os caminhos da política (como sujeito, meio e fim) que vem sendo feita, sob a aparência de *'aperfeiçoamento do processo democrático'*. É dominante, sim, que se mude o rumo de vida das populações onde o caminho psicológico-espiritual das novas gerações seja devidamente preparado à luz do Estado essencialista, em que - sob o nosso ponto de vista - a república deve sobrepor-se à democracia, e em que se deve fazer valer o apanágio de: *'primeiro o Estado e, depois o Indivíduo'*.

Pergunte-se: o que fará o PAICV no meio disto tudo? Sim, o PAICV está dentro deste macro ambiente, fazendo parte do sistema de comando estadual do país. Não pode enfraquecer-se no assumir das suas responsabilidades e no potencializar das capacidades do Estado cabo-verdiano, tendo em vista uma moderna concepção do desempenho deste. Indaga-se: será este o timing para se dar mais ênfase a importantes medidas de qualificação e ampliação da autoridade do Estado? Ou será momento para uma melhor adaptação a um contexto sociopolítico nacional em que, ao longo desses oito anos de governação, mais se preocupou em transformar o envolvente físico do país, do que conduzir, de modo eficaz, à instalação duma ordem social-económica tendo por fim a apreensão da educação cívica geral na relação directa com o desenvolvimento espiritual nacional ao lado da valorização da missão de construir bens materiais colectivos, sem descurar a liberdade de iniciativa, as garantias do trabalho para a produção de riqueza para todos/ e cada um - isto enquanto condição para alcançar a dignidade humana, na estreita harmonização com a justiça e a solidariedade entre/para com todas as categorias sociais.

Olhando o PAICV com uma atenção mais orgânica, seguramente, não se mostra aconselhável valorizar os métodos e as vias, o que pode ser recurso processual mais simples, na ilusão de poder conseguir mais proximidade e dinâmica. Em nenhum momento se torna prudente desencadear e transferir para o espaço público (das massas eleitorais) estímulos negativos que alimentem a imagem de vencido/de desmoteado/de grupo em estado crítico/de equipa decadente, exibindo, a partir daqui, dificuldades em dar respostas rápidas às grandes questões. Não é, de forma nenhuma recomendável deixar alongar qualquer ideia de um grupo com posturas arrogantes, de que é invencível e que não vale a pena analisar/reflectir/debater a sociedade cabo-verdiana/o MPD/e os diversos actantes do/no processo político eleitoral. Ater-se ao não ser nada recomendável pôr-se de pé *'o florentino jogo de bastidores'*, com protagonistas a correrem em pistas contrárias. Será um perigo tremendo mover-se entre actos de populismo por

um lado, e egoísmos por outro lado. Na mesma passada, a fragmentação orgânica será um golpe fatal na credibilização do que a instituição Governo-Partido pretende/vai ter de fazer, na libertação de emoções federadoras da máquina e das multidões.

Sem dúvida que será preciso, no imediato, socorrer-se dum plano estratégico político e de comunicação coerentes, isto para ajudar o governo a atrair e formar consciências, a informar e a influenciar atitudes e crenças em torno daquilo que tem feito/que vai fazendo. Estratégia Política porque o PAICV parece ter esquecido que o seu adversário directo na competição política (o MpD) é forte na confrontação, e está bastante forte nos métodos e nas práticas de desorquestração-orquestração. O Paicv parece descuidar-se de que está inserido numa sociedade eleitoral mais complexa, mais maliciosa com a política, por outro lado mais dependente de vícios e factores dissimulados, muitos deles determinantes da sua luta para a sobrevivência (essencialmente nos centros mais urbanos).

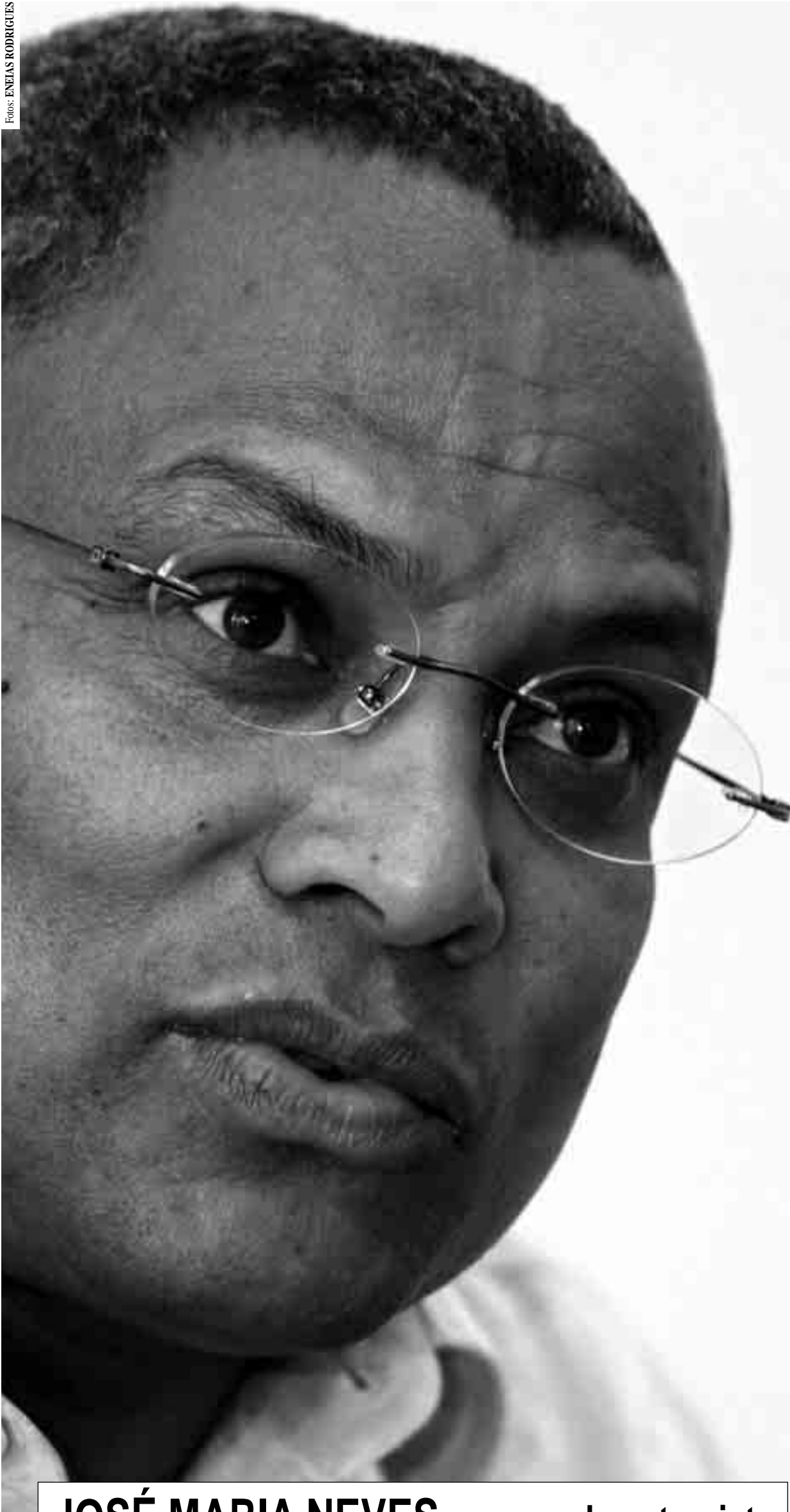
Após as últimas eleições autárquicas, o PAICV precisa, sobretudo aqui na Praia (o maior espaço eleitoral na geografia política nacional) de todas as habilidades para reabilitar as boas memórias do trabalho feito de 2001 a esta parte, numa linha de organização (partido-governo-grupos e redes de simpatizantes, aliados e sociedade civil) fortemente competitiva e dinâmica. Tal como o MpD, terá de fazer, a partir daqui, a lógica de *'dois em um'*, ou seja: o movimento legislativo e o movimento presidencial. Com quem?, tem figuras com força para os dois embates? Não será este o momento para se olhar para dentro do campo partidário e valorizar, mais do que nunca: a magistratura da experiência, a unidade e a tolerância no interior do partido, bem como dar lugar à entronização do espírito de grupo visando sobrepor-se na missão pública de proporcionar condições de progresso e bem-estar material e espiritual a todos os cidadãos, mesmo que se esteja a viver um contexto internacional marcado pelo esgotamento da era de prosperidade capitalista de produção e de consumo de /para o mercado? E o desenvolvimento social, como será no decorrente tempo? Será bom para o PAICV pôr-se em causa o espírito de dedicação, de trabalho e de sentido de Estado das suas mais importantes figuras da geração pós-2000, como sejam: José Maria Neves, Manuel Inocêncio Sousa, Felisberto Vieira, Cristina Fontes, Rui Semedo, Basílio Ramos, Júlio Correia, entre outros? Lá no fundo, o trabalho destes senhores não se distingue pelo patriotismo, pela responsabilidade, pelo empenho à causa pública? Há erros, não os há? Como corrigi-los, imediatamente?

Com o MpD a ter, nesta altura, uma noção clara para onde vai /para onde quer ir; nota-se, amiúde, que Cabo Verde convive, hoje, com dois momentos na política. 1º Momento, tal como ela é (a que se pode designar de *'realismo político'*); 2º Momento, do desejo como ela, a política, deveria ser (a que se pode designar de *'idealismo ético'*, segundo Maquiavel). É no meio desses dois momentos que estão os elementos de base da formação do voto. Pelo que existe um forte sentimento de que se trata, este, do momento certo para se mudar a arte de governação feita até então, assente numa estratégia política e de comunicação afirmativas, visando - sob o método de indução-acção - produzir e estender influências magnéticas sobre as camadas sociais, num movimento de realização-proximidade-contágio-combate (dissimulado e aberto) ao adversário.

Nisso, pergunte-se, ainda: o que precisa fazer o PAICV, no imediato: *'Renovação ou Adaptação'*, a partir de estratégias racionais para situações em que os resultados próximos dependerão não só da estratégia própria, das condições do mercado social-eleitoral bem como das estratégias escolhidas pelos adversários e agentes no campo magnético contrário? Afinal, o que fazer e como fazer para levar a maioria das pessoas a acreditar no futuro que o governo está a propor/e a realizar, mesmo com uma crise económica mundial na sua fase de arranque? Insiste-se, é altura de renovação, adaptação, ou as duas coisas?

“Hora de lançar novos des

Fotos: ENEIAS RODRIGUES



Depois de oito anos à frente do executivo, José Maria Neves defende que é hora de lançar novos desafios aos cabo-verdianos. Não só para o país poder fazer face à crise mundial, como também para o seu partido, o PAICV, reconquistar a confiança dos eleitores em 2011. Uma missão que reconhece como sendo “*muito, muito, difícil*”. Na extensa entrevista que concedeu a este jornal há uma semana, JMN defende Manuel Inocêncio Sousa das críticas de Júlio Correia, sobretudo os relativos à TACV. Também defende que os candidatos do PAICV que perderam as autárquicas devem assumir as suas próprias responsabilidades, numa alusão a Felisberto Vieira. Em resumo, poder local, economia, água, energia e segurança são outros temas desta entrevista, na qual, em resposta aos que o criticam por governar à direita, JMN afirma que “*um partido de esquerda tem de governar com os pés bem assentes na terra*”. No fim confessa que a Presidência da República é algo que não o motiva.

Por: JOSÉ VICENTE LOPES

Entrevista

Asemana Sexta-feira, 20 de Junho de 2008

JOSÉ MARIA NEVES em grande entrevista

afios aos cabo-verdianos”

- Na sua entrevista ao A Semana Júlio Correia coloca várias questões, uma delas o funcionamento do PAICV. Que comentários ela lhe suscita?

- Enquanto primeiro-ministro não devo comentar, por razões de ética e de responsabilidade política, já que tenho o dever de solidariedade com todos os actuais e anteriores membros do governo. Respeito, todavia, as opiniões políticas do dr. JC.

- No que ele diz, não há nada que mereça reparo?

- Enquanto críticas de um dos dirigentes do partido ao PAICV, há algumas questões que merecem reparo. Por exemplo, a escolha dos candidatos às eleições autárquicas: todas elas foram feitas democraticamente a nível das estruturas concelhias do partido; e homologadas pela Comissão Política, com a participação de todos os dirigentes nacionais.

- Há o caso de Onésimo Silveira, referido por JC como alguém que se apresentou, mas fala-se também de João Pereira Silva, na Boa Vista, Jorge Spencer Lima, no Sal, como pessoas que se impuseram ao PAICV. É isso verdade?

- Isso não tem absolutamente nada a ver com a realidade. Tanto Pereira Silva como Spencer Lima foram candidaturas escolhidas pelas estruturas locais do partido. Em S. Vicente, há mais de um ano foi feita uma sondagem em que os três candidatos mais fortes apareciam nessa ordem: eram Isaura Gomes, Filomena Martins e Onésimo Silveira. Filomena Martins estava em segundo lugar mas muito próxima de Isaura Gomes, e Onésimo Silveira também distanciava-se poucos pontos de Filomena Martins.

Nessa altura registava-se quase que um equilíbrio entre as três pessoas e todas elas tinham condições de ganhar as eleições. Negociámos, e perante a não aceitação da Filomena Martins acabou-se por consensualizar a candidatura de Onésimo Silveira. Esta candidatura foi sufragada pela CP do PAICV em São Vicente e depois homologada pela CPN.

Portanto, todas as candidaturas, mesmo as de S. Filipe e S. Catarina, foram escolhidas democraticamente pelas estruturas do partido, de acordo com as regras estatutárias.

- Filomena Martins não quis avançar em S. Vicente porquê?

- Não fazia parte do projecto político dela candidatar-se à CMSV, embora mostrasse todo o seu empenhamento na candidatura do PAICV.

- Santa Catarina e S. Filipe são apontados como dois casos de má gestão política. Nem sequer o processo das primárias foi avançado, sendo o presidente do PAICV acusado de não ter pulso sobre o partido. Como reage a isso?

- Isso não tem qualquer fundamento. Em SF preparámos as primárias e marcámos como data limite o 31 de Julho. O pré-candidato Luís Pires não concordou com os procedimentos, mas não apresentou qualquer impugnação, nos termos estatutários. Depois do prazo de reclamações e dias antes da data marcada para as primárias, ele desistiu e, portanto, não se pôde fazer primárias porque havia um único candidato, Eugénio Veiga. A estrutura local do partido escolheu Eugénio Veiga como seu candidato, apoiado depois pela CPN, avançando Luís Pires como independente. Portanto, foi um processo normal.

- Ainda em relação a São Filipe, que ilação tira dos resultados de 18 de Maio?

- Que o PAICV é extremamente forte e que Luís Pires tirou muito mais votos ao MpD do que ao PAICV.

- Mas para o futuro, o que é isto que pode significar?

- As eleições autárquicas resultam de dinâmicas políticas locais e aí houve algum desentendimento local entre várias lideranças do PAICV. Mas que todo esse campo político nos apoia e que portanto estaremos juntos nas próximas legislativas, que deveremos ganhar folgadoamente na ilha do Fogo.

- E que leitura acha que o Eugénio Veiga deve tirar da disputa?

- Ele teve um bom resultado nas circunstâncias actuais e considerando o facto de estar já há algum tempo a exercer a presidência da CMSF. Mas penso que ele deve avaliar com muito cuidado os resultados, fazer uma gestão autárquica de equilíbrio e que responda às escolhas feitas pelo eleitorado de São Filipe.

- Em Santa Catarina, o resultado que Alcídio Tavares teve justificou a aposta nele?...

- Alcídio Tavares teve um grande resultado. Não fosse ele, pelos dados que nós tínhamos, a derrota poderia ser muito mais marcante.

- Portanto, não há aqui motivos de arrependimento?

- Não, não há. O Alcídio fez uma extraordinária campanha. Como já tive oportunidade de dizer, os três presidentes de câmara pior avaliados do país eram, por ordem decrescente, Américo Silva (Paul), Amílcar Spencer Lopes (Ribeira Brava), e João Baptista Freire (Santa Catarina). O João Baptista só teria condições de ganhar se houvesse uma grande mobilização do

partido. Mas, na altura, o partido estava dividido e não apoiava a candidatura dele.

- Mas por que se demorou a encontrar uma alternativa a este?

- Porque estávamos à procura de um entendimento entre as duas sensibilidades. Não foi possível porque tanto João Baptista como a maioria do conselho do sector estavam com posições extremadas. João Baptista dizia que se o Conselho do Sector tomasse uma posição contrária à candidatura dele ele avançaria como independente, e a maioria dos membros do Conselho do Sector dizia que se João Baptista fosse candidato demitir-se-iam em bloco. Perante isso tentámos negociar um entendimento. E quando isso se mostrou completamente impossível, e temendo o pior, decidimos avançar como uma candidatura alternativa.

- Quando fala “nós” está a referir-se a quem?

- À direcção do partido.

- Local, nacional?...

- Local e depois homologada a nível da CPN.

- Portanto, é um resultado penalizante para si também, enquanto líder do PAICV.

- Todo o resultado eleitoral penaliza o PAICV e penaliza o seu presidente, enquanto principal responsável do partido. Em Santa Catarina, o resultado tocou-me especialmente por ser a minha terra natal.

- E aqui na Praia?...

- A única surpresa destas eleições é a Praia. Na semana do início da campanha eleitoral, fizemos uma reunião do estado-maior para avaliar as sondagens. O PAICV tinha garantidas oito câmaras, estavam cinco em disputa – Paul, Ribeira Brava, Ribeira Grande de Santiago, Santa Catarina e S. Filipe. Entre as oito câmaras em que tínhamos a vitória garantida constava a Praia. Felisberto Vieira tinha uma vantagem considerável em relação a Ulisses Correia e Silva. Acho que a vitória na Praia foi uma surpresa até para o MpD.

- Porque diz isso?

- Jorge Carlos Fonseca, na noite das eleições, disse na televisão que as sondagens de que ele tinha conhecimento davam vitória, clara, ao PAICV – e acredito que o MpD tinha esses dados. Das cinco CM em disputa ganhámos Paul, Ribeira Brava e S. Filipe. Perdemos Santa Catarina e Ribeira Grande de Santiago. E, das oito CM onde tínhamos garantida a vitória, perdemos Praia.

- Há sectores afectos a Felisberto Vieira que alegam que ele perdeu por causa de medidas governamentais. Aliás, a entrevista de Júlio Correia, deixa entender isso. Como vê isso?

- As eleições autárquicas devem ser analisadas a nível local. A primeira responsabilidade pela derrota é dos candidatos e todos devem assumir claramente as suas responsabilidades. Pela vitória ou pela derrota. Aliás, na Praia havia a convicção de que o Felisberto Vieira estava muito acima do PAICV. E ele mesmo chegou a declarar isso.

É claro que há também o desgaste do governo nos últimos oito anos. Há pessoas que não votaram porque não conseguiram um lote de terreno, outras porque não conseguiram uma bolsa de estudos ou uma formação profissional, há ainda aqueles que não votaram porque não conseguiram emprego, uma licença de táxi, outras porque não estavam de acordo com a forma de actuar do presidente da CMP e haverá também aqueles que não votaram por causa, eventualmente, dos TACV, da energia, água, segurança... Mas quais desses factores são os determinantes? É preciso fazer um estudo para se saber a resposta.

Mas, repito, nas eleições locais são as dinâmicas políticas locais que determinam os resultados. E devo dizer mais: fizemos uma sondagem a nível nacional e, pela primeira vez, o PAICV surge à frente em todas as ilhas e todos os municípios do país; o governo surge muito bem avaliado em todas as ilhas e municípios do país, o PM idem. Pela primeira vez, o líder do PAICV aparece à frente do líder do MpD em todos os círculos eleitorais do país.

- Essa sondagem foi feita quando?

- Em Abril de 2007.

- O quadro neste momento é outro.

- É claro. Agora estamos, um ano depois, com uma outra dinâmica. É só para mostrar que mesmo lá onde o PAICV perdia as autárquicas - caso, por exemplo, do Tarrafal de Santiago - ganharia se as eleições fossem legislativas, porque o governo está muito bem avaliado. Em Ribeira Grande de

Santo Antão, S. Domingos ou Calheta de S. Miguel, que são as praças-fortes do MpD, o PAICV perderia as autárquicas mas ganharia as legislativas.

- Mas as eleições de 18 de Maio vieram trazer uma nova dinâmica à disputa política em Cabo Verde.

- Estes resultados eram semelhantes em 2004. Em 2004, quando fizemos as sondagens, perdíamos as autárquicas e ganhávamos as legislativas mesmo nos municípios onde perdemos, menos Sal, que foi a surpresa de 2004. Mas em 2006 ganhámos as legislativas no Sal.

- Mas desta vez o MpD ganhou duas CM importantes, Praia e Santa Catarina.

- Mesmo assim há um equilíbrio. Tivesse Felisberto Vieira mais 350 votos ganharia a Praia.

- É um facto e é tradição, de alguns anos a esta parte, que o PAICV e o MpD estão ombro a ombro na Praia...

- Desde 2000 estão ombro a ombro... Reflectindo melhor, nós, os políticos, somos desatentos a alguns fenómenos. Em 2000 ganhámos com maioria relativa - havia três candidaturas fortes, a do PCD e as do PAICV e do MpD, e dessa disputa acirrada resultaram quatro vereadores para o PAICV, MpD três e PCD dois. Duas candidaturas depois, em 2004, ganhámos à tangente, com grande equilíbrio. E agora com mais desgaste do poder, com o MpD e o PCD juntos, manteve-se o equilíbrio, com uma ligeira vantagem para o MpD. E veja que em 1991, menos de um ano depois do MpD ter ganho as eleições, o Nuno Duarte quase ganhou as eleições aqui na Praia, apenas houve uma ligeira vantagem para Jacinto Santos e quem estava aqui sabe como ela foi conseguida. Portanto, há um grande equilíbrio nas eleições na Praia.

- E Santa Catarina?

- Santa Catarina é uma praça-forte do MpD. Quando fui candidatar-me a presidente da CMSC, em 2000, Gualberto do Rosário brincou comigo e disse-me: “José Maria, mesmo que fosse muito popular em Santa Catarina, não vai ganhar essa CM por razões de ordem técnica; nós temos 19 deputados municipais e vocês têm dois!” Portanto, foi a campanha no terreno, onde o PAICV era inexpressivo, que levou à minha vitória. Na altura não foi só a vitória do PAICV, mas sim a vitória sobre os desmandos que havia na CM e que levou à criação de uma dinâmica que ditou a minha vitória.

- Só que em 2011 o PAICV já terá completado o seu segundo mandato, com 10 anos. Acredita em ciclos de três mandatos ou mais em Cabo Verde?

- É muito, muito, difícil.

- Está a admitir então que 2011 não vai ser pèra doce.

- Nenhuma eleição em Cabo Verde é pèra doce, sobretudo nas circunstâncias actuais. Mas o PAICV está em condições de gerar uma dinâmica ganhadora em 2011. Pela leitura que eu faço dos dados, pelas manifestações que eu tenho recebido de gente no país e na diáspora, o PAICV tem condições de gerar uma dinâmica de vitória em 2011.

Dossier TACV

- Há uma personalidade que ficou visada na entrevista de Júlio Correia: Manuel Inocêncio, nomeadamente, por causa da gestão do dossier TACV. Subscreve ou não essas críticas?

- Absolutamente não, por serem completamente injustas. Manuel Inocêncio tem feito um extraordinário trabalho à frente do MITM e há o dossier TACV que tem sido muito complexo e difícil. Pessoalmente, tenho acompanhado o empenho dele na gestão deste dossier, que envolve compromissos internacionais, e considero que ele tem feito um bom trabalho, gerindo com muita determinação esse dossier.

- Então a TACV, como está, não o preocupa? A equipa

A primeira responsabilidade pela derrota é dos candidatos e todos devem assumir claramente as suas responsabilidades. Pela vitória ou pela derrota. Aliás, na Praia, havia a convicção de que o Felisberto Vieira estava muito acima do PAICV. E ele mesmo chegou a declarar isso.



Tem sido muito fácil a determinados sectores manipularem a opinião pública em relação a processos de mudança na TACV. Em Cabo Verde, um país pequeno, com todos os problemas de emprego que existem, esses grupos conseguem grandes solidariedades dos partidos da oposição e mesmo de deputados e dirigentes da situação.

que lá está vai continuar?...

- Há vários cenários, que estamos a estudar. Há uma situação muito complexa - isso em termos de gestão - e estamos a discuti-la para determinarmos o que fazer nesta fase que resta para a privatização da empresa. A resolução definitiva do problema dos TACV passa pela privatização. Temos uma situação de crise na empresa e tomaremos as medidas que se impõem nos próximos dias.

- Neste cenário há a possibilidade de Gilles Filiatreault ir-se embora?

- Todos os cenários estão em cima da mesa.

- Inclusive esse?

- Sim, inclusive.

- Conta resolver esta questão quando?

- Esta questão tem de ser resolvida de forma construtiva.

Tem de haver soluções alternativas e estamos a construir essas soluções para poder tomar as medidas que se impõem.

- Quando fala em crise na TACV, ela é financeira ou será antes crise de gestão de recursos humanos?

- É uma crise global. Quando assumimos em 2001, a empresa estava em situação de falência técnica, e não se conseguiu durante estes anos todos resolver o problema do ponto de vista financeiro. A empresa tem excesso de pessoal, quase o dobro das suas necessidades, para uma gestão normal de uma empresa com os equipamentos de voo que a TACV tem. E também tem uma cultura organizacional de empresa pública, com todas as ineficiências que as empresas públicas cabo-verdianas têm. A TACV só tem sobrevivido por ser uma empresa do Estado, e tem sido o Tesouro a alimentar o seu funcionamento.

- Vale a pena manter a TACV com a absorção que ela tem feito aos recursos dos contribuintes?

- A TACV é uma empresa importante na estratégia do desenvolvimento de Cabo Verde. O que é preciso é estancar a sua degeneração organizacional, reestruturá-la e privatizá-la. Mas deverá continuar a ser uma empresa de bandeira por ser um instrumento estratégico para um país como Cabo Verde, que é pequeno, mas que tem uma diáspora importante no mundo.

- Mas a que preço?

- É isso que queremos limitar. Queremos reduzir os elevados custos que a TACV tem significado para os cabo-verdianos. Por exemplo, dissemos no início que a reestruturação da empresa não é despedir pessoal. A reestruturação é transformar a TACV numa empresa eficiente capaz de prestar serviços com qualidade aos cabo-verdianos. Mas isso pode passar pelo despedimento. E um processo desta natureza gera resistências. Há grupos de interesses dentro da empresa que resistem a todos os processos de mudança.

- Por isso é de se perguntar se vale tanto sacrifício, se é possível salvar a TACV.

- Possível é. Temos é que desencadear um processo negocial dentro da empresa. Tem sido muito fácil a determinados sectores manipularem a opinião pública em relação a processos de mudança na TACV. Em Cabo Verde, um país pequeno, com todos os problemas de emprego que existem, esses grupos conseguem grandes solidariedades dos partidos da oposição e mesmo de deputados e dirigentes da situação. Cria-se um ambiente de tantos ruídos que, às vezes, fica difícil gerir esta situação. O ministro Manuel Inocêncio Sousa tem tido uma

grande coragem para gerir este dossier e nós temos feito as articulações necessárias para este processo.

- É visível a contestação interna na TACV, é visível que a qualidade dos serviços que ela presta decaiu bastante. Por isso insisto: até onde vai este governo levar este dossier da TACV, tendo em conta que já vai no seu segundo mandato e solução, que é bom, não está à vista?

- Nós tentámos gizar uma solução. Contratámos, através de concurso internacional, uma empresa para fazer a reestruturação. Neste momento já devíamos ter a empresa privatizada. Acontece que as coisas não funcionaram como estávamos à espera e eventualmente a empresa contratada não terá cumprido rigorosamente as cláusulas contratuais ou não terá tido o desempenho desejado. E então, face a esta situação, temos de tomar novas medidas, após a avaliação que estamos a fazer.

Água, energia e segurança

- Além da TACV, há outros dossiers que estão a mostrar-se críticos para o governo, nomeadamente água e energia, aqui na Praia. Soluções?

- Todas as soluções já estão estudadas, a primeira é aumentar a capacidade de produção. Já negociámos com instituições financeiras internacionais, já contratualizámos os financiamentos, para termos a interligação de toda a ilha de Santiago através de uma central única e garantir a produção de energia eléctrica suficiente para toda a ilha, incluindo a Cidade da Praia. A segunda vertente de intervenção terá de ser na distribuição. Também aqui já mobilizámos os recursos para financiar esses projectos. As pessoas dizem: "Há dois anos que o governo vem falando nisso". Mas porquê?

- Tirou-me a pergunta da boca...

- Nós não dispomos no país desses recursos, temos de mobilizá-los junto da comunidade internacional e isso leva dois, três anos, que é o ciclo normal de mobilização de recursos para projectos desta envergadura.

Para resolvermos os problemas de energia em Cabo Verde, precisamos de cerca de 400 milhões de euros. Além de estarmos a mobilizar parte desse dinheiro na esfera do Estado, estamos também a buscar novas parcerias com o sector privado para podermos encontrar esses recursos e resolver esses problemas. Eu entendo o cabo-verdiano. O cabo-verdiano quer ter luz, água, amanhã!

- Até porque os políticos já disseram que Cabo Verde é um país de rendimento médio, e isso, convenhamos, não se compadece com crises de água e electricidade com que, volta e meia, somos assolados.

- Sim, é verdade, mas é um Rendimento Médio que ainda não nos permite internamente gerar recursos para resolver os problemas. Temos de ir ao mercado internacional e isso leva o seu tempo.

- Mas que medidas tem o governo para resolver o problema da energia e água?

- Acabámos de aprovar em Conselho de Ministros a política energética que vai implicar a construção de uma empresa para cada ilha, envolvendo uma central única para cada ilha. Boa Vista já tem a sua empresa constituída com a participação da Electra e privados, que vai arrancar brevemente; vamos electrificar 95% do país até 2011 e 100% até 2015. Até 2011

vamos ter 25% do país com penetração de energia renovável e até 2015 a meta é 50% de penetração de energia renovável; vamos criar um fundo de segurança energética e criar uma empresa nacional de energia renovável. Temos muito vento, muito sol, ondas do mar, podemos criar a nossa Sonangol de energia renovável e é nessa linha que vamos agir.

- Isto vai exigir muita paciência aos cabo-verdianos.

- Até 2011 já temos financiamento da central única de Santiago, S. Nicolau, Fogo e Santo Antão.

- Diante disso tudo, há quem sinta saudades dos portugueses na Electra. Partilha desse sentimento?

- Não. Porque a privatização da Electra foi muito mal feita e foi ela que causou todos esses prejuízos a Cabo Verde. Esses investimentos, que nós estamos a discutir agora, deviam ter sido realizados em 2000 e 2001; e quando assumimos encontramos uma parceria com graves problemas. Para ultrapassar os problemas existentes levámos quatro anos, porque envolvia compromissos internacionais que tínhamos de respeitar.

Eu entendo a impaciência dos cabo-verdianos, mas, muitas vezes, as decisões que são tomadas em Cabo Verde levam algum tempo para ser implementadas por causa da nossa crónica escassez de recursos e da necessidade de os irmos mobilizar recursos no campo internacional. Isso leva três a quatro anos, às vezes.

- Este programa energético implica a mobilização de algum parceiro estratégico?

- Temos, em primeiro lugar, de fazer uma profunda reengenharia da Electra. Começámos já esse processo e em Julho vão surgir algumas novidades. E temos de mobilizar um novo parceiro estratégico para a problemática da energia em Cabo Verde.

- Um outro sector crítico é o da segurança, de luta contra a criminalidade, narcotráfico, etc. Sobretudo aqui na Cidade da Praia somos, volta e meia, sacudidos por vagas de criminalidade. Como vê isso?

- Tem havido um esforço e uma melhoria muito grande da PN, tanto em termos de efectivos como de meios materiais. Tem havido também um reforço da PJ, e quase sempre os casos têm sido esclarecidos. Mais do que isso, nós temos intensificado, e isso é evidente, a luta contra o narcotráfico. Nunca como hoje Cabo Verde teve uma política activa de combate ao narcotráfico, em cooperação com vários países, pois o crime hoje é transnacional.

Pelo facto de sermos um país extremamente aberto e diásporizado, há muito fenómenos que acontecem em vários outros países e que depois vêm ter o seu reflexo aqui em Cabo Verde. Há a questão dos deportados, a imigração clandestina, e ainda a delinquência juvenil. São fenómenos complexos, muitas vezes estruturais, que levam o seu tempo a serem resolvidos. Mas o governo está a tomar medidas, reforçando a PN e a PJ e também desenvolvendo uma política integrada, sobretudo no domínio social, da formação profissional, emprego, com mudanças legislativas que estão a ser realizadas para que a justiça tenha melhores condições para agir.

- Um outro dossier que se arrasta é o caso dos terrenos na Boa Vista. Os visados dizem que, através dos mecanismos criados pelo Estado, nunca chegarão às indemnizações.

- Já dei orientações para acelerarmos este processo e procurarmos apoiar os cidadãos interessados na resolução dos seus problemas, em vez de o Estado aguardar que os cidadãos instruem eles próprios os seus processos.

“A resolução definitiva do problema

Mudar ou não de política

- **Uma das coisas que se indaga, neste quadro pós-eleitoral, é se o governo vai ou não mudar de política?**

- Eu considero que temos feito boas políticas. Uma prova disso é que se não fossem as políticas públicas deste governo desde 2001, hoje o país estaria numa situação difícilíssima com a crise mundial. Estamos a conseguir aguentar - em parte, porque não vamos conseguir absorver todo este choque - por causa das boas políticas desencadeadas a tempo. Veja: a estabilização macroeconómica do país permite-nos, hoje, ter espaço fiscal para reduzir os impostos em relação às empresas; e em relação às pessoas, para termos políticas sociais compensadoras, nomeadamente a pensão social mínima.

Vamos fazer um novo aumento da pensão social mínima para proteger as camadas mais desfavorecidas. Reduzimos a carga fiscal em relação à importação de cereais, para proteger as famílias neste período altista dos preços. E estamos a analisar todos os impostos para, lá onde pudermos intervir, reduzir a carga fiscal e garantir a melhoria do rendimento das famílias e das empresas. Já conseguimos reduzir a retenção na fonte dos funcionários e estamos com políticas sociais muito fortes.

Quando assumi em 2001, as cantinas escolares estavam em desactivação e só atingiam menos de 30 mil crianças; hoje esse número é de 100 mil. O Instituto Cabo-Verdiano de Solidariedade estava em desactivação, transformamo-lo numa fundação e hoje tem uma rede de jardins, a Operação Esperança para apoiar as pessoas na reabilitação das suas casas e tem também políticas em relação às famílias mais carenciadas. O S. Jorginho estava desactivado, reabilitamo-lo e vai fazer formação profissional para jovens; o ex-IFAP a mesma coisa, no dia 27 o ministro brasileiro das Relações Exteriores estará aqui para inaugurar conosco o Centro de Formação. Variante também. Isso para não falar do aumento da pensão social mínima.

- **Mas a mudança de política prende-se também com as queixas dos operadores, que reclamam que o governo dá mais atenção aos investidores estrangeiros, basta ver que as pequenas e médias empresas (PME) ficaram este tempo todo entregues à sua sorte...**

- Aqui eu acho que eles têm razão.

- **Então o que vai mudar?**

- Vamos criar uma instituição...

- **Mas desde o primeiro mandato que este governo fala em apoiar as PME!**

- É verdade. E eu penso que, neste momento, tal medida é crucial para Cabo Verde e estamos a gizar um conjunto de políticas. Vai-se criar a Agência para o Desenvolvimento Empresarial para apoiar especificamente as PME que terão um quadro fiscal próprio, só para elas. Aqui é preciso lançar uma nova geração de políticas públicas e criar condições ambientais que sejam favoráveis propiciadoras à intensificação do tecido empresarial cabo-verdiano, particularmente das PME.

- **Por que razão não se fez isso mais cedo?**

- Às vezes, num país como Cabo Verde, as soluções não são fáceis. Nós tentámos integrar tudo isso na Cabo Verde Investimentos precisamente para dar um tratamento igual aos investimentos, externos e nacionais. Não funcionou muito bem, por isso vamos criar uma agência autónoma para cuidar do desenvolvimento empresarial.

- **Mas isso significa o retorno a uma solução que chegou a haver nos anos noventa.**

- Sim, havia o IADE e o Promex. Mas para racionalizar os meios decidimos fazer a fusão do IADE, que também não funcionava, com o Promex, criando a CI. Mas chegamos à conclusão que, neste momento, tendo em conta a dinâmica que queremos introduzir, precisamos ter uma agência autónoma, só para cuidar do desenvolvimento empresarial.

- **E isto é para quando?**

- É para já, num dos próximos CM vamos criar a Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação.

- **A nível fiscal sectores vários, nomeadamente operadores, queixam-se de sufoco fiscal. Essa reclamação é justa?**

- Acho que não é muito justa. Nós reduzimos os impostos, de 35 para 30%, e agora há um espaço para continuarmos a reduzir. O que tem havido nos últimos anos é um esforço no sentido de combater a fraude e a evasão fiscais. Alargando a base tributária, o número de pessoas e empresas que pagam os impostos é maior. Se todos pagarem, todos podem pagar menos do que pagam neste momento. Mas se apenas alguns pagam e a maioria não, os que pagam são sufocados pelo fisco.

- **As reclamações que nos chegam, sobretudo da periferia, é que as repartições de finanças estão a fazer terrorismo fiscal aos operadores locais.**

- Não é bem isso. Antes havia algum relaxamento a nível



Eu entendo a impaciência dos cabo-verdianos, mas, muitas vezes, as decisões que são tomadas em Cabo Verde levam algum tempo para ser implementadas por causa da nossa crónica escassez de recursos e da necessidade de mobilizarmos recursos no campo internacional. Isso leva três a quatro anos, às vezes.

das repartições. Muitas pessoas que deviam pagar não o faziam. Agora há um rigor em relação a esta matéria.

Poder local

- **Pela primeira vez aqui na Praia, este governo vai coabitar com uma CM afecta ao MpD. Como vai ser o relacionamento com Ulisses Correia e Silva?**

- Normal. Eu respeito escrupulosamente as escolhas do povo. O povo sempre faz a melhor escolha e nós vamos trabalhar com todas as CM eleitas, sem discriminação. Tendo em conta o desenvolvimento da democracia cabo-verdiana, já não há lugar a filhos de dentro e filhos de fora.

- **Mas o que se diz, e se vê, é que o PM vai ao empossamento das CM do PAICV e não vai às CM do MpD.**

- Só fui a S. Nicolau a convite dos dois autarcas, e não recebi nenhum outro convite.

- **É preciso convite para ir ao empossamento de Ulisses Correia e Silva, por exemplo, aqui na Praia?**

- Em princípio quem representa o governo neste sector é o ministro da Descentralização e, em momentos especiais, se for convidado o PM pode ir. Em 2004 eu só participei na posse de Felisberto Vieira, aqui na Praia, a convite dele. Desta vez, só participei nas CM da Ribeira Brava e do Tarrafal, a convite dos presidentes eleitos. Recebi dois outros convites, um de Eugénio Veiga e outro de Vera Almeida, mas, por razões de agenda, não pudei deslocar-me a S. Filipe nem ao Paul.

- **O estatuto administrativo para a Praia avança ou o entusiasmo arrefeceu com a derrota do Filú?**

- O projecto já está no parlamento. Só não aprovámos até hoje o estatuto porque a oposição bloqueou.

- **Desta vez acredita que a coisa resolve-se.**

- Se a oposição apoiar, acreditamos que sim.

- **Aprovando o estatuto, Ulisses Silva poderá aplicá-lo neste mandato?**

- Sim.

- **Repare, ele foi eleito num quadro jurídico e político que pode não se compadecer com esse estatuto, ou não?**

- É verdade, mas devemos fazer tudo para o desenvolvimento da Praia. E tudo que for bom deve ser feito, independentemente de quem esteja a exercer a presidência da CMP. A nossa ideia foi sempre essa. Infelizmente, não tivemos o apoio da oposição. É claro que alguns dispositivos não poderão ser aplicados.

- **Outra questão de que se tem falado é a parlamentarização do poder local. Como fica o assunto?**

- Já estamos a trabalhar nos novos estatutos dos municípios e vamos enviar o projecto ao parlamento. A nossa proposta é de parlamentarização do sistema, o que implica um novo sistema eleitoral para as autarquias. Isso só poderá acontecer nas próximas eleições. Mas haverá poderes que esta AM eleita poderá aplicar em relação à CM, designadamente o reforço dos poderes de fiscalização da AM.

- **Há um défice aí?**

- Há um grande défice. Muitas vezes os municípios transformam-se em terra de ninguém. Há a autonomia da gestão municipal e há um desfazamento entre a apresentação das contas ao Tribunal de Contas e o seu julgamento. E há alguns desregramentos a nível das CM.

- **Por exemplo?**

- A questão dos solos. Eu tenho uma grande admiração pelo dr. Germano Almeida e respeito muito as suas opiniões, mas há algo que me deixa intrigado tenho uma estranheza. Porquê nunca escreveu um artigo sobre a venda de terrenos em S. Vicente?... Porquê nunca escreveu um artigo sobre a venda de terrenos no Sal?... Porquê não escreveu um único artigo sobre a venda de terrenos na Ilha Fantástica?... As grandes vendas de terreno foram feitas pelas CM, terrenos do Estado e de privados, que o tribunal já começou a anular. Porquê?

Eu acho que devemos desenvolver uma nova cidadania local. Os holofotes estão centrados no governo, quando à porta dos cidadãos há desmandos impressionantes que passam impunes. Mas eu respeito todas as críticas que me são feitas, ao governo, leio-as com muita atenção, oiço todos os órgãos de comunicação social e presto atenção às críticas. Mas às vezes eu pergunto: porquê só o governo? Talvez porque, no fundo, todos temos uma mentalidade centralizadora, só pensamos no governo.

Em democracia o poder é policêntrico, não há um único poder em Cabo Verde. Os municípios ganharam poderes muito grandes, têm menos mecanismos de controlo, tanto da opinião pública, como dos tribunais, designadamente do Tribunal de Contas, e também a Assembleia Municipal é muito mais frágil em termos de fiscalização. O governo, pelo contrário, tem a opinião pública, o parlamento, o Tribunal de Contas, a Procuradoria-Geral da República, a Inspecção-Geral das Finanças, os jornalistas e, portanto, o governo fica rigorosamente sob o fogo cruzado.

“a da TACV passa pela privatização”

“Governar com os

Asemana Sexta-feira, 20 de Junho de 2008

- A questão da representação do governo nas ilhas e nos concelhos é para ir avante?

- Sim.
- Este é mais um foco de tensão com o poder local.
- Trata-se de um representante que não terá nenhuma interferência nas competências das autarquias locais.
- Mas vai estar de olho vivo, suponho.
- Para articular e integrar os serviços desconcentrados do Estado.

- Mas não será um outro mecanismo de controlo das autarquias?

- Não. Não vai fazer tutela. Isso diferencia os representantes que vamos nomear dos governadores civis, que o MpD criou e que tutelavam os municípios. Queremos que a tutela seja feita pelo Ministério da Descentralização.

- Mais cabides de emprego?
- Veja, todas as vezes que o governo vai a uma ilha, as pessoas queixam-se da fraqueza da presença do Estado na ilha. Há as CM com o seu protagonismo, mas há muitas competências que são do Estado. Agricultura, águas, finanças, educação, saúde, solidariedade social, etc., e temos serviços segmentados e fragilizados, sem meios e sem pessoas.

- Mas isso não poderia ser resolvido com uma transferência de certas competências para as autarquias? A nível da educação, agricultura, etc.?

- Há políticas que são nacionais, não podem ser segmentadas.

- A polícia, por que não se avança com a sua municipalização?

- Seria preciso muita cautela também. Porque teríamos pequenas corporações policiais a nível de cada ilha, sem meios e sem instrumentos de actuação. Na polícia é preciso uma massa crítica mínima que garanta a especialização e permita a sua intervenção adequada. A Polícia Municipal, em todos os países, mesmos nos federais, tem atribuições em relação às

de políticas públicas sobretudo nos domínios económico e social. O resultado das eleições não mudou a minha orientação neste sentido. Está-se a falar muito dos resultados das eleições, mas eu acho que houve um grande equilíbrio, em termos de votos, entre os dois principais partidos.

- Quando diz que vai lançar uma nova geração de políticas públicas, está a admitir o esgotamento do que se fez até aqui?

- Não há esgotamento. O mundo está a mudar a uma velocidade louca. Ninguém imaginava, há dois ou três anos atrás, o aumento extraordinário do preço dos combustíveis. Falava-se até cem dólares, ontem falava-se em 150 e no dia seguinte já se fala em 200 dólares. Num mês o crude sobe mais de 20 vezes. Estamos num mundo estonteante. Fala-se numa alta de preço dos cereais para os próximos quatro anos. Mesmo as grandes economias mundiais estão completamente desorientadas com este processo. É preciso um esforço permanente de adaptação a estas mudanças estonteantes que estão a acontecer no mundo.

- Até onde é que Cabo Verde poderá suportar este choque externo?

- Nós temos condições muito difíceis, tendo em conta as nossas vulnerabilidades, para absorver um choque desta envergadura. Por isso estamos a girar algumas políticas internas que vão exigir que o Estado controle muito bem as despesas; é preciso que o Estado aperte o cinto e possa amortecer os choques que vão repercutir junto dos cidadãos. Mas é claro que todos teremos de fazer face a esta crise, porque um país pequeno e vulnerável como Cabo Verde tem poucas condições para absorver com tranquilidade um choque desta envergadura.

- Para enfrentar esta crise, Cabo Verde conta com ajuda externa ou terá de ser apenas com recursos internos?

- Temos que contar com o apoio da comunidade internacional e já estamos a trabalhar neste sentido. Tendo em conta a ascensão de Cabo Verde a PRM, os países já tinham começado a retirar a

a discussão do código laboral. Portanto, vai-se discutir o quê agora?

- Vamos discutir da viabilidade ou não de ter um salário mínimo no país neste momento. E temos de fazê-lo com todos os parceiros sociais, os patrões inclusive, para vermos a situação económica do país, a taxa de desemprego, as prioridades, para juntos concluirmos se a melhor via neste momento é aumentar os investimentos para gerarmos muito mais empregos ou se é priorizar o salário mínimo daqueles que já estão empregados.

- Pelo que vejo, continua a não haver entusiasmo do governo em relação a esta matéria.

- Confesso que não tenho especial entusiasmo em relação a esta questão. A minha prioridade é a geração de empregos. O salário mínimo não é determinante para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Aliás, os cabo-verdianos neste momento já recusam trabalhos mal remunerados, mesmo os segmentos não qualificados da população. Mas reconheço que há alguns segmentos profissionais cujos salários são extremamente baixos.

Numa sociedade onde há muita pobreza e há taxas elevadas de desemprego, a prioridade deve ser o emprego e garantir do acesso das pessoas ao rendimento. Mas, como eu disse, tenho abertura para discutir esta questão, para negociar em sede de concertação social o assunto.

- Os sindicatos, repito, já disseram que querem um salário mínimo nacional, o maior partido da oposição também já disse que é a favor, num outro extremo estão o governo e provavelmente o patronato a mostrarem-se contra. Não é isso muito estranho para um partido que se diz de esquerda?

- Um partido de esquerda tem de governar com os pés bem assentes na terra, sobretudo num país como Cabo Verde. Quanto ao principal partido da oposição, neste momento ele é a favor de tudo que pretensamente lhe pode trazer mais votos.

- Mas está a fazer o seu papel.

- Não sei. Pelo seu comportamento, o MpD pode ultrapassar



Um partido de esquerda tem de governar com os pés bem assentes na terra, sobretudo num país como Cabo Verde. Quanto ao principal partido da oposição, neste momento, ele é a favor de tudo que pretensamente lhe pode trazer mais votos.



incividades, fiscalização, etc. Mas a investigação criminal, a segurança pública, isso é responsabilidade do Estado, e deve ser assim, enquanto função importante de soberania.

Remodelação governamental

- Falemos da remodelação governamental, ela vai acontecer quando?

- Depois do Conselho Nacional do PAICV, que terá lugar nos dias 20, 21 e 22.

- É uma remodelação de cosmética ou será algo mais profundo?

- A sua extensão dependerá da avaliação que fizermos no CN e da avaliação que eu fizer do desempenho do governo.

- Se a remodelação tivesse que ser neste preciso momento, ela seria profunda ou superficial?

- Ela será efectivamente uma remodelação...

- Profunda?

- Sim, profunda, e vou apresentar ao país um novo pacote com uma nova geração de políticas públicas na área económica e na área social.

- Isto é uma “nova largada”?

- Não. Oito anos depois de termos realizado boas políticas estamos no momento de lançar novos desafios aos cabo-verdianos e, sobretudo, tendo em conta a crise internacional, o aumento do preço dos combustíveis e dos cereais, crise do mercado imobiliário, teremos necessariamente de reflectir, relançar algumas políticas e gerar novas políticas sobretudo na área da economia e na área social.

- Essa aposta decorre da crise mundial ou dos resultados das eleições de 18 de Maio?

- Eu já tinha decidido remodelar o governo antes das eleições autárquicas, primeiro. Segundo, já tinha dado orientações para reelaborarmos algumas políticas e lançarmos uma nova geração

ajuda alimentar. É um dossier que nós já estamos a reanalisar com alguns parceiros. Também estamos a trabalhar com vários países amigos para desenvolvermos projectos no domínio da água e da produção agrícola para abastecer o mercado interno. O que nós queremos - e já estamos a trabalhar nisso - é transformar esta crise numa oportunidade para Cabo Verde em alguns sectores.

- Nomeadamente?

- Água e agricultura, e por via disso, aumentar a produção agrícola para consumo em Cabo Verde.

- Esta crise também mostra uma coisa: o tempo que se perde para pôr de pé determinadas ideias, e quando a crise nos bate à porta ficamos todos aflitos. Por exemplo, porque a Sociedade Logística de Combustíveis ainda não está a funcionar?

- A SLC é uma empresa privada, não é do Estado.

- É, mesmo assim, estratégica, tanto mais que é o Estado que surge como o seu promotor.

- Sim, é verdade. Só que tem havido bloqueios nas negociações entre as duas petrolíferas, que são as principais accionistas da SLC. Mas estamos a pressioná-las para que este ano possamos ter, finalmente, a empresa a funcionar.

Concertação social

- Fala-se numa reunião extraordinária da Concertação Social, o que implica o problema salarial. De um lado estão o governo e o banco central que defendem a moderação salarial e do outro os sindicatos que não querem saber disso. O salário mínimo nacional é ou não um assunto em pauta?

- Para um país que tem elevadas taxas de desemprego, a sua principal preocupação é o emprego. Mas estou disponível para discutir esta questão com os sindicatos.

- Os sindicatos já disseram que são a favor do salário mínimo, aliás, o assunto chegou a ser abordado durante

o PAICV à direita, à esquerda, sem nenhum problema. Veja a intervenção da líder do PSD em Portugal sobre os impostos. Disse que o país não tinha condições para reduzir os impostos, corroborando assim o discurso do primeiro-ministro, José Sócrates, dando um sinal de alto sentido de Estado e muita responsabilidade. Não tenho a pretensão de pedir isso à oposição cabo-verdiana.

- Assim, essa senhora não chega lá.

- (risos) Aqui em Cabo Verde as fronteiras políticas não são bem definidas, depende do partido estar na oposição ou no governo para defender determinadas posições.

- Portanto, para governar não é preciso ideologia.

- Você tem de ter ideais e este governo tem uma profunda sensibilidade social.

- Falou há pouco de Germano Almeida, ele diz-se preocupado com a ideologia do PAICV, que se mostra muito parecida com a do MpD, segundo ele.

- O Germano tem dito que o MpD vendeu as empresas e o governo do PAICV está a vender a terra. Até este momento todas as terras foram vendidas na época do MpD, algumas delas estão a ser infra-estruturadas agora. Aliás, a lei das ZDTI é de 1993. As expropriações são de 1999, mas as pessoas não foram indemnizadas e não houve qualquer processo de planeamento ou de desenvolvimento das ZDTI's. Agora é que nós estamos a fazer esse trabalho. Todas as terras vendidas, desde a década de noventa até agora, não chegam a um por cento das terras disponíveis em Cabo Verde.

- Há, portanto, muita terra ainda por vender.

- Não é muita terra, é a insignificância do que já se vendeu para a realização de investimentos internos - basta ver a Boa Vista, Santiago, S. Vicente e Sal. Aqui eu acho que a crítica que se tem feito é completamente injusta.

Mas eu diria que há desde logo uma diferença fundamental, que é a garantia das estabilidades fundamentais da economia,

Entrevista



Politicamente nunca me motivou uma candidatura à PR. A minha entrega à causa pública leva-me a ter uma paixão maior pela chefia do governo. Em política nunca se deve dizer que desta água não beberei, mas confesso que nunca alimentei ambições presidenciais.



pés na terra”

uma gestão rigorosa e transparente das finanças públicas. Essa gestão levou - eis uma questão que muitas vezes não se analisa - ao abaixamento das taxas de juro. Eu comprei um apartamento, com recurso a crédito bancário, em 1996, a taxa era de 14 por cento. Neste momento, estou a recorrer de novo ao banco para construir uma casa e o banco oferece-me 6,75%.

- A si, primeiro-ministro, ou ao público?

- É o que o mercado cobra neste momento, eu fui a vários bancos e vou fazer um empréstimo ao banco que me ofereceu melhores condições. Sem qualquer preferência, cidadão JMN. É um ganho extraordinário. Para o apartamento que eu comprei em 1996, eu pagava quase 48 contos de prestações mensais, agora pago 36. Esta boa governação do país possibilita a melhoria do rendimento médio das famílias.

Fizemos mais: reduzimos a retenção na fonte dos impostos que são pagos pelos funcionários para fazer a correspondência entre o que o funcionário paga e o que desconta ao fisco, evitando que o Estado durante o ano tome muitos recursos às pessoas e depois não tenha condições de retribuir, levando muito tempo a devolver o que não é dele. Só isto dá a ideia da diferença entre este governo e o anterior, do MpD.

Mais ainda: a política social, as refeições quentes nas escolas cobriam menos de 35 mil crianças, agora são mais de 100 mil. Na saúde, os investimentos que estão a ser feitos - Santiago Norte, com novo hospital regional, centros de saúde no Tarrafal, Calheta, cinco centros de saúde nos bairros periféricos da Praia - mostram a nossa preocupação com o social.

- Normalmente os políticos conquistam as pessoas com slogans. O PAIGC em 1975 disse que “nós terra é pa nós povo”, nos anos noventa, o PAICV acusou o MpD de vender a terra e com o lema “por amor à terra” reconquistou o poder em 2001, e é precisamente isso que as pessoas hoje cobram. Não se está aqui, ao fim e ao cabo, a gerir slogans?

- Não. Tem-se introduzido muito ruído nesta comunicação. Primeiro, não se está a vender a terra.

- Repare o MpD, ainda hoje se diz vítima da campanha que o PAICV fez nos finais dos anos noventa.

- Foi uma campanha feita com conteúdo, para responder aos anseios e aspirações dos cabo-verdianos na altura. Quando é que empresas ou operadores cabo-verdianos tiveram mais oportunidades na imobiliária turística? Quase todas as imobiliárias turísticas são de cabo-verdianos. Veja a expansão da Tecnici, Sogei, Editur, Turim, a SGPS, outras empresas em S. Vicente, é tudo de cabo-verdianos, que se estão a expandir.

- Há, portanto, um preconceito dos analistas em relação à actividade empresarial?

- Não sei se é preconceito ou se não há informação adequada. Há muitos investimentos externos em Cabo Verde, em hotéis, indústrias, que geram empregos. Os aeroportos internacionais como é que vão ser rentabilizados? Os grandes operadores que estão a investir no turismo estão também a investir nos transportes aéreos, terrestres e marítimos, portanto, estão a gerar uma nova dinâmica empresarial, estão a permitir a emergência de PME's em Cabo Verde. É só chegar ao Sal e ver o tecido empresarial, de cabo-verdianos que estão a surgir em torno dos grandes empreendimentos turísticos. Nacionais e estrangeiros.

Eu até penso que deve haver em Cabo Verde uma discussão aberta dessa questão porque estamos a confundir o desenvolvimento de Cabo Verde, do turismo em particular, com a venda da terra. As terras estão aqui, os investimentos estão aqui, estão a gerar empregos, novas empresas, estão a permitir que os cabo-verdianos, que não tinham oportunidades, possam transformar-se em empresários, melhorar a sua vida e a do país. Veja, por exemplo, o Mirri Lobo no Sal, com o desenvolvimento da hidroponia; por causa do sucesso dele há pessoas que querem fazer o mesmo na Boa Vista para abastecer os hotéis.

Agricultura pode ter no turismo uma grande oportunidade em Cabo Verde, sobretudo quando resolvermos o problema de Santo Antão, passando os seus produtos a serem de novo exportados para outras ilhas. S. Nicolau também, com o projecto do MCA, vai aumentar enormemente a sua produção agrícola. Aliás, só com um forte desenvolvimento do turismo poderemos viabilizar o desenvolvimento de S. Nicolau. É preciso fazer essa leitura integrada, não há venda da terra. Há, sim, a criação de condições no país para viabilizarmos economicamente Cabo Verde.

- Ainda acredita no crescimento de dois dígitos, com essa sacudidela que está a haver pelo mundo?

- Acho que vai ser muito mais difícil. Mas lá para o fim do ano vamos reavaliar as metas, reavaliar as condições e ver se teremos condições ou não de cumprir essas metas.

- Vem aí 2011, altura em que haverá um novo ciclo eleitoral. O PAICV está a pensar ou não no dossier presidencial?

- Ainda não. Esse dossier será discutido depois do congresso de 2009.

- Ainda é cedo?

- Sim.

- Olhe que o MpD já tem o seu candidato.

- Já deve ter, mas considero que ainda é cedo para entrarmos nessa disputa.

- Vai solicitar um terceiro mandato em 2011 como chefe do governo?

- Neste momento, nem sequer pensei nesta hipótese. A minha ideia é governar com toda a serenidade e tranquilidade e cumprir o meu mandato até 2011, com sucesso. Esta é a minha principal preocupação.

- Há quem já o veja num cenário presidencial, daí - dizem as bocas - o posicionamento de Júlio Correia na entrevista que deu ao A Semana.

- Vou fazer-lhe uma confissão: nunca tive ambições presidenciais.

- Não é motivante?

- Politicamente nunca me motivou uma candidatura à PR. A minha entrega à causa pública leva-me a ter uma paixão maior pela chefia do governo. Em política nunca se deve dizer que desta água não beberei, mas confesso que nunca alimentei ambições presidenciais.

- Mas não é isso que cria um certo nervosismo no PAICV neste momento?... Felisberto Vieira toda a gente sabe que alimenta (ou alimentou) o sonho presidencial, nisso há até quem fale em dupla entre ele e JC contra Manuel Inocêncio, e JMN, enquanto chefe do PAICV, suponho, já deve ter-se apercebido de todo este movimento, não?

- Essas ambições todas são legítimas e vão dar alguma vitalidade ao PAICV. Não estou preocupado com isso.

Negociações com MpD

- O pacto político com o MpD vai prosseguir? Quais são as prioridades neste momento?

- Temos a reforma na justiça. Há pacotes importantíssimos no parlamento - temos o novo estatuto dos magistrados judiciais, o estatuto dos magistrados do Ministério Público, a organização judiciária do país e também o Tribunal Constitucional, que deve ser constituído e instalado, o provedor de Justiça, e decidir se vamos ou não fazer a revisão constitucional.

- O Tribunal Constitucional e o provedor de Justiça são assuntos que já se arrastam há bastante tempo.

- Sim, já estão no Orçamento do Estado...

- Para este ano ou o de 2009?

- Para 2009, e estamos a aguardar as negociações. O MpD chegou a dizer que queria a instalação do TC em Janeiro, mas desinteressou-se do processo. Agora, depois das eleições, vamos retomar o caso, porque temos todo o interesse em instalar o mais rapidamente possível o TC, ter novos mecanismos de acesso ao STJ, nomear um novo PGR. Espero até fins de Julho resolver estas questões, embora ache difícil, dada a densidade desses pacotes. Não queria entrar nas férias judiciais sem ter esses problemas resolvidos, mas vai depender das negociações no parlamento.

- Logo após as eleições, disse que assumia todas as suas responsabilidades. Algumas pessoas, ainda hoje, perguntam: isso significa o quê?

- Isso significa que perante o PAICV e perante o país, como líder do PAICV, assumo que não conseguimos atingir as metas preconizadas, e que devemos fazer uma avaliação desta situação e tomar as medidas que se impõem a nível do partido e do governo.

- A nível do partido, vai acontecer o quê?

- Vamos reunir o CN, que vai fazer a sua avaliação. A nível do país, Cabo Verde não está em crise, o PAICV tem maioria parlamentar e vai continuar a governar até 2011. Não estava em causa a avaliação do governo, estavam em causa as autarquias locais e os resultados devem ser avaliados de acordo com a natureza das eleições autárquicas. A nível nacional temos de fazer no partido a avaliação dos resultados e assumir as nossas responsabilidades, a nível local e a nível nacional.

- Nisso há quem questione se é prático Basílio Ramos acumular o cargo de secretário-geral do PAICV com o de ministro da Saúde.

- Desde que entrei no PAICV que se discute a organização. Sempre que há algum problema em termos de resultados eleitorais a culpa é da organização, mesmo que as pessoas não tenham feito o trabalho político necessário no terreno. O problema fundamental não está na organização.

- O problema está onde então?

- O problema está na acção política no terreno.

- Até 2011, que quadro espera ter?

- Mais difícil, sobretudo por causa da crise internacional.

FCV muda Nacional de volei para São Vicente



A Federação Cabo-verdiana de Voleibol decidiu mudar o palco do Campeonato Nacional do Fogo para São Vicente. A FCV descartou a hipótese de organizar a prova na ilha do Vulcão, pois não recebeu qualquer garantia da TACV quanto ao transporte dos atletas em finais do mês de Julho.

António Rodrigues, presidente da Federação Cabo-verdiana de Voleibol, garantiu ao **LANCE** que a ilha de São Vicente se apresenta como a melhor opção neste momento para acolher a competição. "A ilha do Fogo foi descartada porque a TACV não ofereceu garantias de transporte tendo em conta a diminuição do tráfego aéreo no aeródromo de São Filipe; tínhamos também o Sal como alternativa, contudo notamos que na data da realização da prova o tráfego naquela ilha dificultaria a chegada dos atletas. Assim, programamos o campeonato para a cidade do Mindelo".

Serão 12 dias de prova em que equipas seniores – masculino e feminino –, vão disputar o troféu máximo do voleibol nacional entre a última semana de Julho e os primeiros dias de Agosto.

Entretanto, as selecções do Porto Novo, da zona norte de Santo Antão e da ilha do Sal disputam este fim-de-semana a taça São João Baptista, na cidade do Porto Novo. O torneio começa hoje, sexta-feira, 20, e termina no domingo, 22.

Valência campeão da segunda divisão no Fogo

A equipa do Valência garantiu no último domingo, 15, o acesso à primeira divisão de futebol do Fogo com três jornadas de antecipação. A vaga veio com a vitória sobre o Nô Pintcha por duas bolas sem resposta, no Estádio 05 de Julho, em São Filipe.

Dois anos após o arranque da segunda divisão da Ilha do Vulcão, o Valência finalmente sobe ao primeiro escalão. Em 2007, o clube ficou a um ponto do grupo de elite, perdendo a oportunidade de participar no campeonato regional. Mas desta vez, os sanfilipenses fizeram um torneio de luxo, pois não perderam nenhum dos sete encontros até então disputados.

A temporada do Valência merece destaque. Finalista da Taça do Fogo, lidera a "segundona" com 21 pontos. O vice-líder, o Esperança, tem apenas 11 e o terceiro colocado, Nô Pintcha, 09.

Fundado em São Filipe, a 10 de Junho de 2000, o Valência Futebol Clube surgiu de um grupo de jovens que se entretinham com a bola numa ribeira da cidade. A equipa cresceu e sagrou-se por quatro vezes campeã do torneio sénior não-federado da ilha (2001-2002; 2002-2003; 2003-2004; 2004-2005).

Conforme o presidente e treinador do clube, João "Borja" Marcelino, o plantel trabalha a "sério" para alcançar os objectivos preconizados. "Borja" alerta que o Valência passa por problemas financeiros e precisa de apoio em materiais técnicos e desportivos (botas, camisolas, bolas e equipamentos para os treinos).

Neste fim-de-semana estão calendarizados os seguintes encontros da segunda divisão do Fogo: Nô Pintcha X Esperança, Valência X Atlântico e Brasilim X Luzabril.

NMC



Seleção de basquetebol perto da Grécia

Falta pouco para a Federação Cabo-verdiana de Basquetebol (FCBB) anunciar oficialmente a participação da selecção nacional no Torneio Pré-Olímpico, a ser disputado na Grécia entre os dias 14 e 20 de Julho. A série de protocolos de patrocínio que a FCBB assinou com o sector privado já custeia boa parte do processo preparatório e as despesas operacionais da equipa na competição internacional. Os gastos estão estimados em 27 mil contos. Kitana Cabral, presidente da FCBB, também espera receber um apoio mais incisivo do governo. Inclusive, o dirigente reuniu-se com o primeiro-ministro, José Maria Neves, para solicitar mais verbas.

Alheios ao impasse financeiro, jogadores e comissão técnica, sob o comando de Kula e Ricó, estão concentrados na cidade da Praia e frequentam sessões diárias de treinos no Pavilhão Vavá Duarte desde a última quarta-feira, 18. Eles aguardam a realização de um mini-torneio na capital, a partir do dia 28, que vai contar com os

combinados do Mali e Senegal, para se apresentarem ao público crioulo. Garantido está o estágio europeu. A selecção embarca para a França na primeira semana de Julho, onde participa de jogos amigáveis, e depois segue para o território grego.

Confiança na equipa

Mesmo que o trajecto rumo a Pequim seja difícil, a medalha de bronze conquistada no último Afrobasket, em Angola, alimenta a esperança dos apaixonados pelo desporto dos cestos no arquipélago. Na primeira fase, a selecção nacional, integrante do grupo B, estreia contra a Nova Zelândia no pavilhão Oaka de Atenas, a 14 de Julho, e um dia depois volta às quadras para enfrentar a Alemanha. "Temos consciência da dificuldade que vamos encontrar, mas também acreditamos no nosso valor, no trabalho desenvolvido. O percurso foi de ascensão e na Grécia esperamos fazer boa figura. É que, além de levar o nome de

Cabo Verde, temos a missão de representar o continente africano", ressalta Kitana Cabral, presidente da FCBB.

Já o dirigente da Associação Regional de Basquetebol de Santiago Sul, Nuno Levy, mostra-se um pouco mais receoso, mas também não perde a confiança. "O Pré-Olímpico é uma competição forte. Ainda não conheço o plantel de Cabo Verde, mas estou confiante. Apenas o facto de disputar o torneio já mostra uma evolução do basquetebol e do desporto no país", afirma.

O regulamento da Federação Internacional de Basquete (FIBA) prevê na fase inicial o confronto das 12 selecções nos seus respectivos grupos. As duas primeiras classificam-se para os quartos-de-final. Os vencedores da série vão às meias-finais e os dois finalistas carimbam o passaporte para os Jogos Olímpicos de Pequim. A última vaga fica com o combinado que conquistar o terceiro posto.

Felipe Torres



Números da conta bancária da Federação Cabo-verdiana de Basquetebol

Vamos todos
ajudar a nossa
Seleção

- Banco Comercial do Atlântico (BCA) - 12294848
- Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) - 8498742.101
- Banco Caboverdeano de Negócios (BCN) - 2282797.101
- Banco Angolano de Investimentos (BAI) - 3247367.101

Confiança na selecção frente às Maurícias

Nada como um dia após outro, ou melhor, uma vitória após a outra. Os adeptos retomam a confiança na selecção nacional de futebol e familiarizam-se com as "caras novas" do plantel e da comissão técnica. O orgulho despertado pela boa campanha nas eliminatórias conjuntas do CAN de Angola e Mundial na África do Sul substituiu um tumultuado período de mudanças. Afinal, mais três pontos contra as Ilhas Maurícias neste domingo, 22, às 16h, no Estádio da Várzea, Praia, podem valer o topo do grupo 1. E se os líderes camaroneses não venderem facilmente o primeiro lugar (os Camarões somam sete pontos, um a mais que os crioulos), a vitória este fim-de-semana credencia Cabo Verde como um sério candidato a uma vaga na fase seguinte da competição.

Por: FELIPE TORRES

O sonho de chegar ao CAN ganha, aos poucos, contornos mais precisos, a esperança também. Com isso, os gritos e os incentivos vindos da bancada da Várzea vão ser ainda mais fortes neste fim-de-semana, e as cobranças também. O seleccionador João de Deus e os jogadores têm de aproveitar o momento positivo, com os pés no chão, para seguirem firmes na luta africana. Mas como o futebol é uma "caixa de surpresas" a emoção vai reinar até ao último segundo. Os cabo-verdianos que preparem os corações.

Uma vitória com muitos méritos

A vitória em Curepipe na semana passada, dia 15, frente ao combinado das Maurícias mostrou que se a selecção nacional trocar bolas com velocidade e explorar a movimentação ofensiva pode impor resultados expressivos. Uma receita que vale até contras as equipas consideradas mais fortes do que as Maurícias. O desempenho dos comandados de João de Deus na primeira parte foi de se elogiar, mesmo com um relvado castigado pela chuva. O espírito de conjunto e o posicionamento foram os pilares deste bom rendimento. E com jogadores à vontade, confiantes e prontos a arriscar, as oportunidades surgiram naturalmente.

Seria injusto se o golo não saísse antes do encerramento dos 45 minutos. E ele veio através de uma grande penalidade sobre Lito: aos 44', o capitão foi tocado quando já havia deixado para trás

o guarda-redes adversário. A Dady coube a honra de marcar. O atleta do Osasuna bateu, colocando o esférico nas redes. Festa dos "tubarões azuis!"

A selecção de Cabo Verde voltou para a segunda parte disposta a segurar o placar. Com isso, os atletas cabo-verdianos diminuíram o ritmo e quase desistiram de atacar. As Maurícias, então, preencheram os espaços do campo, ameaçando com sucessivos remates que rondaram perigosamente a baliza de Ernesto. Mas a pressão não surtiu efeito e os crioulos comemoraram em Curepipe. O excelente triunfo premiou a vontade e, principalmente, a técnica evidenciada pelos jogadores na etapa inicial.

Satisfeito, João de Deus destacou que o marcador poderia ter sido mais dilatado. "Sofremos no final, mas fomos superiores. Seria normal se tivéssemos marcado mais um ou dois golos. Por isso, a equipa merece estar no segundo lugar e vai fortalecer-se ainda mais, com a sequência dos jogos. Agora, é vencer novamente as Maurícias em casa e terminar a rodada com nove pontos".

O empate a zero entre a Tanzânia e os Camarões, outros concorrentes do grupo 1, beneficiou directamente Cabo Verde, que se consolida na vice-liderança da classificação, com seis pontos, um a menos que os camaroneses. A Tanzânia acumula dois, enquanto os mauricianos, quase eliminados, têm apenas um ponto para contar a história.

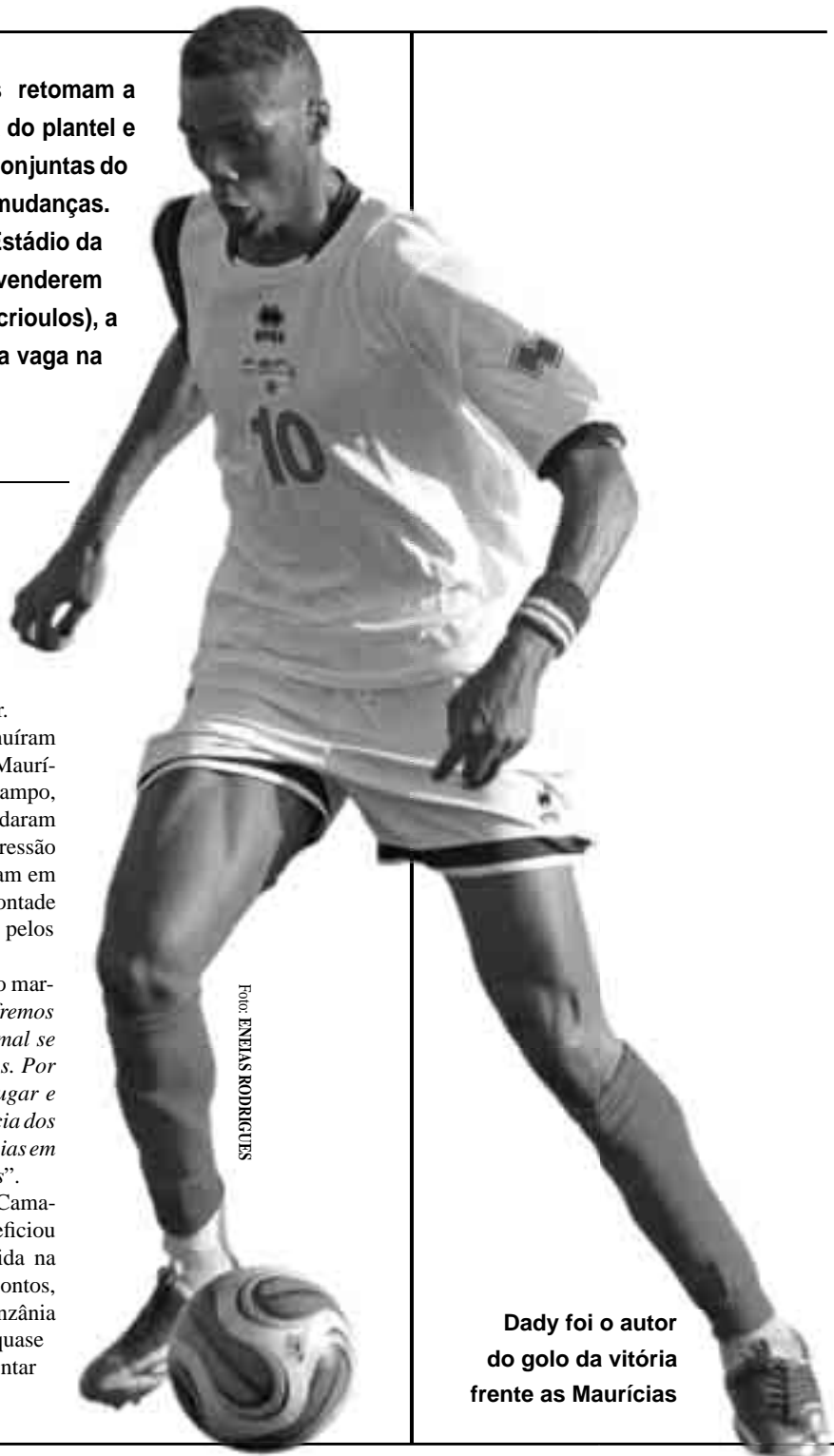


Foto: ENRIAS RODRIGUES

Dady foi o autor do golo da vitória frente as Maurícias

NACIONAL DE FUTEBOL

Cinco equipas procuram vaga nas meias-finais



O Sporting da Praia, a Académica do Fogo e o Académico do Sal são as equipas do grupo A, que disputam as duas vagas na próxima fase Nacional de Futebol. No Grupo B, Bairro e Académica da Calheta tentam garantir um lugar nas meias-finais do campeonato, num poule em que o Derby têm já o primeiro lugar garantido ao vencer todas as quatro partidas disputadas até ao momento.

A cidade da Praia recebe, sábado 28 e domingo 29, as duas partidas decisivas desta primeira fase do Nacional de Futebol: o Sporting recebe a Académica do Fogo e o Bairro enfrenta a Académica da Calheta.

No grupo A, os "leões" da capital, que têm 09 pontos, precisam vencer a única equipa que ainda não perdeu uma partida na competição (Académica do Fogo) para não depender do resultado do jogo entre o Académico do Sal e o Ribeira Brava de São Nicolau. Na verdade,

o único combinado que necessita apenas de um empate para se apurar é a Mica do Fogo. A equipa lidera com 10 pontos, mais um do que o Sporting e mais três do que o Académico do Sal.

O outro representante da capital, o Bairro, decide a qualificação no grupo B no embate com a Académica da Calheta, do Maio. Ambas as equipas têm 07 pontos e, ocupam a segunda posição. A jogar em casa, o Bairro tem a chance de garantir o apuramento para a próxima fase do Nacional logo no seu ano de estreia na prova-rainha do futebol cabo-verdiano.

As restantes partidas do Nacional são apenas para cumprir calendário. O líder do grupo B, o Derby, recebe a Fiorentina, com apenas três pontos; o Solpontense enfrenta o Scorpions de Santa Cruz; e no poule A, o Sal-Rei joga contra o Coroa da Brava.

D.G The Album

Denis Graça lança hoje, 20, num concerto a ter lugar na cidade de Braga (Portugal), o terceiro álbum a solo da sua carreira, intitulado “D.G. The Álbum”. Neste disco, que será apresentado em Cabo Verde no mês de Agosto, Denis Graça continua a apostar no cabozouk e inova com tarracha, um novo estilo que está na moda em países como Angola e Portugal.

Com dez faixas, co-escritas e musicadas por Denis Graça e Nichols, “D.G. The Álbum” é um CD que fala de um tema comum aos discos “Sonhos” (2001) e “Hoje e bo noite” (2006) – o amor. Sobre a insistência no tema, Denis Graça explica: “Eu gosto de escrever sobre o amor. É isso que faz os seres humanos serem seres humanos, nada mais”.

Produzido por nomes sonantes do zouk – Nichols (editora Erogen Music), Nelson Freitas e Stanley Clementina –, o disco é, diz Denis Graça, “bem comercial, mas maduro na forma de cantar. Afinal, já tenho 10 anos de carreira”. Escute o primeiro single – “Tonight” – em www.myspace.com/denisgraça e faça a sua apreciação.

Ou, então, espere para ver Denis Graça ao vivo, no estrangeiro ou em Cabo Verde. Amanhã, 21, o cantor actua em Paris, França, com o conjunto Livity. Para 01 e 02 de Agosto, agendou espectáculos em Lisboa e Algarve. De 09 a 23 de Agosto, estará em Cabo Verde para concertos nas ilhas do Sal, São Vicente, Santiago e S. Antão. A partir de 29 de Agosto, volta a dar shows na Europa, primeiro em Portugal (Lisboa, Porto e Algarve) e depois na Noruega (Oslo).

TSF



Gil Semedo lança hoje, 20, num concerto a ter lugar no Elysée Montmartre, em Paris, França, o seu novo CD - “Cabopop”. À venda desde terça-feira, 17, em várias lojas à volta do mundo, o álbum é uma simbiose entre o caboswing, género criado pelo próprio Gil Semedo, e a visão musical do seu orquestrador, Manu Lima. É disso prova “Hey Mama”, o primeiro single do disco, que conta com a participação de Dice.

Para apresentar este que é o 13º disco da sua carreira, Gil Semedo vai em breve partir em digressão. Baptizado Cabopop Tour, a digressão vai levar Gil Semedo, numa primeira fase, à Europa e Estados Unidos da América.

Assim, no dia 05 de Julho, a partir das 22 horas, o mais bem sucedido artista de língua portuguesa da sua geração canta no Armazém C2 em Alcântara, Lisboa.

Seis dias depois, ou seja, a 11 de Julho, Gil Semedo apresenta Cabopop, mais acústico do que os CDs anteriores, no Lupo’s Heartbreak Hotel, em Providence, Estados Unidos da América. E a 06 de Setembro, volta a cantar em solo gaulês num espectáculo marcado para o Florida Palace, na solarenga cidade de Marselha. Cabo Verde e Holanda também fazem parte da Cabopop Tour, mas as datas dos concertos não são ainda conhecidas.

TSF

Mariana Ramos, Homero Fonseca e Nancy Vieira no XVI 7 Sóis 7 Luas 2008

Mariana Ramos actua hoje, 20, em Lajes do Pico, no arquipélago dos Açores. O concerto é parte do programa da 16ª edição do Festival Sete Sóis Sete Luas, agendado para aquela região autónoma de Portugal. Homero Fonseca e Nancy Vieira, que vão cantar em Portugal e Itália, respectivamente, são os cabo-verdianos que se seguem.

Amanhã, 21, Mariana Ramos canta em jeito de apresentação do seu mais recente disco, “Mornador”, em Santa Maria da Feira (Portugal). De lá, a filha do lendário Toi d’Bibia (Voz de Cabo Verde) “voa” para Israel, onde fará um espectáculo, no dia 07 de Julho, na cidade costeira de Raanana.

Os ritmos cabo-verdianos também se vão fazer ouvir na 16ª edição do Sete Sóis Sete Luas na voz de Homero Fonseca. O cantor deverá interpretar num

espectáculo em Ponte de Sôr (Portugal), no dia 06 de Julho, temas do seu primeiro e até agora único disco, “Mornas de Santo Antão”.

“At last but not the least”, Nancy Vieira, que anda pelo mundo a promover o seu mais recente álbum (“Lus”) vai à Itália para uma série de espectáculos: três na região de Toscana, cidades de Montemurlo, Impruneta e Pontedera, e um na grande ilha de Sicília, cidade de Mascalucia, de 20 a 23 de Julho.

Como acontece todos os anos, o Festival Sete Sóis Sete Luas também vai chegar à vila de Ribeira Grande, na ilha de Santo Antão, em Novembro próximo. Ao palco da ilha das montanhas subirão o grupo Navegante, de Portugal, no dia 14, e Rogelio Botanz, das Canárias, no dia 15, além de grupos locais.

TSF



Fotos: ENELAS RODRIGUES



Cabo Verde nas telas de Nela Barbosa



Entre os tons cálidos do amarelo, a representar o vigor do sol nestas ilhas, e matizes do azul, a fazer sentir a presença do mar, a artista plástica praiense Nela Barbosa apresenta uma nova mostra de pintura nesta quinta-feira, 26, às 18h30 na Biblioteca Nacional. E é fazendo o pincel prevalecer sobre estas duas cores que a artista introduz os observadores na “Caboverdianidade”, título da exposição individual da pintora que apresenta 23 telas inéditas.

As obras, produzidas entre 2007 e o primeiro semestre deste ano, revelam, umas, o olhar contemplativo sobre a natureza e os trabalhadores de Cabo Verde. Outras, alternam pinceladas, por vezes figurativas, de um quotidiano de labuta, com destaque para a mulher. Ela que se agiganta e chega mesmo a dominar o conjunto pintado por Nela Barbosa. E se antes as cores apenas sugeriam passagens fugazes e despreziosas, agora é a própria cor que entra mais fundo, para revelar o mundo intimista da pintora. Seja como for, “Caboverdianidade” torna público este “retrato da alma do

povo cabo-verdiano e da nossa cultura”, garante a própria artista.

O LABOR E A MULHER

As meninas que levantam cedo para regressarem a casa de lata de água na cabeça. A mulher que carrega as bacias abarrotadas de frutas e peixes para sustentar os filhos, sempre a demonstrar a força que esta terra lhe deu. A mãe que cuida do lar, que afoga os calos das mãos no tanque espumante de lavar roupa, sem nunca deixar de estampar o brilho do sorriso que lhe ilumina a face. São estas, histórias de vida que Nela Barbosa reservou e agora desvenda na exposição patente na Biblioteca Nacional, Praia.

Foi ainda nos bastidores que a artista aceitou levantar a ponta do véu para deixar entrever alguns dos segredos desta galeria de emoções, gestos e olhares que falam para além do quadro, através do pincel, em cada traço, num tom ou noutro de tinta. E confessa que a inspiração vem do dia-a-dia, de uma caminhada que faz pela cidade, de uma passagem pelo

mercado ou mesmo de uma rápida viagem pelo interior das ilhas. “De repente, vejo algo que me atrai e surge logo o desejo de pintar”, diz.

Destas cenas, Nela conta que a imagem do trabalhador é a que mais lhe chama a atenção. “São imagens muito vivas, de pessoas que dão o máximo que podem”. Daí o nome da exposição, “Caboverdianidade”. “É tudo o que está no contexto de Cabo Verde, as nossas paisagens e as nossas cenas quotidianas”, sintetiza Nela.

PROJECTOS NO EXTERIOR

Depois de expor ao público praiense, a artista segue com as suas obras para Boston, EUA, onde participará numa feira internacional de artes plásticas, a acontecer no dia 06 de Julho. Em seguida, as telas serão apresentadas em Barcelona, por volta do dia 26 de Julho. Para a cidade espanhola, Nela reserva ainda algumas obras exclusivas, a ressaltar toda a beleza das gentes do arquipélago.

Rafael Barbosa

“O meu coração 2” é lançado na cidade da Praia

O filme “O meu coração 2”, realizado pelo nigeriano João Paulo Umeh, estreia este domingo, 22, na capital do país. A obra, produzida na cidade da Praia, é a sequência de um projecto iniciado em Junho de 2007. Nesta segunda parte, Pedro, personagem principal, depois de passar por diversas desventuras sentimentais, continua em busca do amor verdadeiro. A sessão única está marcada para as 18h30 no Auditório Nacional.

“A história fala de um jovem ambicioso, que tem uma vida estável, é bem-educado, inteligente e bonito, mas com pouca sorte em relação ao casamento e à organização da sua vida”, resume o realizador. João Paulo Umeh conta que há quase dois anos visita Cabo Verde em busca de ideias para um roteiro. Mas ao ver que o país não tinha uma produção cinematográfica local consolidada, decidiu investir nesse alvo.

Umeh calcula a despesa total das duas produções em 700 mil escudos. O filme é um projecto pequeno, cada parte tem apenas uma hora de duração. As cenas foram captadas durante 27 dias de gravação em locais como a praia de Quebra-Canela, a avenida do aeroporto e algumas casas do Palmarejo. Já os processos de edição e finalização foram concluídos na Nigéria.

Depois de lançar o filme no Auditório Nacional, “O meu coração 2” vai ter cópias em DVD, mas Umeh ainda não sabe quando devem chegar ao mercado. Para Indira Silva, que estreia como actriz nestes dois filmes – depois de vestir a pele de empregada doméstica no primeiro filme, actua como patroa no segundo – a experiência de participar da produção foi muito enriquecedora e deve render-lhe novos papéis. “Foi a primeira vez que eu participei de um filme, uma oportunidade muito interessante. Penso participar na próxima produção também”, revela a jovem referindo-se ao filme “Suraya”, a próxima obra que Umeh deseja produzir no arquipélago. Os bilhetes para a estreia de “O meu coração 2” custam 300\$00. RF



AGENDA CULTURAL

- Gilyto actua amanhã, 21, no Alto de Lumiar, em Lisboa (Portugal). É um concerto que vai lançar o mais recente trabalho do cantor cabo-verdiano: DVD+CD “Live@Luxemburgo”.
- Maria de Barros canta amanhã, 21, no Teresa’s Kissimmee, na Flórida. É o regresso da intérprete de Nha Mundo aos Estados Unidos, depois de uma digressão por alguns países da Europa.
- Os Fusion dão um concerto hoje, 20, às 21h30, no Centro Cultural do Mindelo. Eles são Dany (voz), Renato (guitarra e voz), Rui (baixo), Fredy (bateria) e Ivan (guitarra) e a sua música mistura coladeira, hip-hop, morna, jazz, entre outros géneros.
- Nha Kappa e Ilo Ferreira juntam-se hoje, 20, no palco do Alta Lua para um concerto a partir das 23h30. Pela noite desfilarão o seu repertório variado, entre mornas, coladeiras e ritmos internacionais.

Casos de alunas grávidas causam controvérsia



A aluna R., do 10º ano, na Escola Secundária Técnica do Porto Novo (ESTPN), grávida de seis meses, anulou a matrícula no início do mês de Maio. Por ter boas notas e pelo facto de o ano lectivo estar já na recta final, confessa que, no início pensou em não anular a matrícula por acreditar que iria conseguir chegar ao final do ano lectivo sem que a escola desse pela gravidez. “*Mas no início, do 3º trimestre, muitos colegas ficaram a saber da minha gravidez. Passavam por mim, nos corredores, e faziam comentários. Isso incomodava-me. Então resolvi anular a matrícula*”, explica R.

Aos 17 anos, R. já é dona-de-casa. O pai não aceitava o namoro, por isso, antes de completar os 16 anos, saiu de casa e foi viver com o namorado. Apesar da sua independência, não estava nos seus planos uma gravidez. Agora, só pensa no próximo ano lectivo, no qual terá uma dupla tarefa: ser aluna e mãe. “*Eu sei que não vai ser fácil. Só espero que o bebé nasça ainda a tempo de poder começar o próximo ano lectivo. É que perder um ano já é muito. Não quero perder dois*”, desabafa R. que já pensa nas dificuldades que irá enfrentar no próximo ano.

O caso de R. está longe de ser único na ESTSA; a lista é longa de alunas que anularam a matrícula ou simplesmente abandonaram a escola por estarem grávidas. Outras tentaram esconder o estado de gestação e, nesses casos, os directores da ESTSA tiveram de seguir a orientação do Ministério: tomaram a iniciativa de suspender as adolescentes. Uma medida que recebeu muitas críticas por parte de alguns professores.

Contudo, António Teixeira, subdirector pedagógico da ESTSA, é peremptório na questão da anulação da matrícula, mesmo no final do ano lectivo. “*A orientação é clara. Não fala em qualquer tipo de excepção. As alunas grávidas devem anular a matrícula. Não se fala nem em tempo de gestação nem no período lectivo*”, esclarece.

Para Teixeira, é incompreensível a ideia de que a orientação, segundo a qual adolescente grávida deve abandonar a escola, prejudica a aluna. “*Muito pelo contrário. A escola não está preparada nem fisicamente nem em termos de regulamento interno para acolher jovens grávidas. É que após a gestação, a aluna pode voltar para a escola e seguir os seus estudos*”, acrescenta Teixeira.

PRECEDENTE NO PAÚL: ALUNA READMITIDA

A medida não é, entretanto, seguida com a mesma firmeza em todas as escolas do país. No Paul, um caso idêntico ao de R. ganhou contornos diferentes. Assim como a colega do Porto Novo, Ana Rodrigues, uma aluna de 16 anos, que frequenta a Escola Secundária Januário Leite, passou o ano lectivo grávida. Em vez de seguir o mesmo caminho de R., negou o estado de gestação até dar à luz no dia 02 de Maio, sem nunca deixar de assistir às aulas.

Ana não terá respeitado o convite da direcção da escola para anular a matrícula; preferiu negar a gestação. “*Sem outra alternativa, a aluna foi suspensa à última da hora; uma medida que ela mesma poderia evitar se tivesse cancelado a matrícula*”, explicou Alda Martins, directora da “*Januário Leite*”.

Contudo, Ana, com apoio de uma professora, resolveu denunciar a medida da directora ao Ministério da Educação e Ensino Superior para tentar reverter a situação. Esta semana, o MEES autorizou a readmissão da jovem mãe. Uma deliberação que abre um precedente para outras alunas reivindicarem o direito de continuar os estudos, mesmo grávidas.

Ou seja, se a medida não se aplica ao caso da Ana, como defende um docente, não deveria aplicar-se à R., também ela boa aluna, que conta com a solidariedade dos seus professores. “*Pode-se defender que ela já teve o bebé e desta forma deve voltar às aulas. Mas a questão que se coloca é que a Ana não cumpriu a regra desde o início do ano lectivo porque, se ela deu à luz no dia 02 de Maio, já no passado mês de Outubro estava grávida*”, salienta um nosso interlocutor.

Na verdade, nessa história da aluna do Paul é possível observar muitos pontos desconexos. A directora afirma que convidou a aluna a anular a matrícula mas, ao que se sabe, só avisou os professores de que Ana não deveria frequentar as aulas depois da adolescente dar à luz. O que significa que tomou uma medida tardia.

Seja como for, aberto este precedente, resta saber como de agora em diante as escolas lidarão com a orientação do Ministério, datada de 2001, no sentido de que todas as alunas grávidas devem anular a matrícula. Uma medida que tem como objectivo preservar a saúde física e psicológica da mãe e do bebé durante o período de gestação.

Proprietários em Planalto Leste descontentes com o MAA

Proprietários do Planalto Leste, na ilha de Santo Antão, dizem sentir-se lesados nos seus direitos pelo facto da Delegação Regional do Ministério do Ambiente e Agricultura (MAA) ter tomado as suas terras para a florestação sem lhes dar qualquer cavaco. Hoje, dizem, estão proibidos de praticar agricultura de sequeiro nos terrenos preparados, não podem construir currais para a criação de animais nas zonas impróprias à florestação, nem têm direito a colher ali o pasto para os seus animais.

Os proprietários das terras onde se ergue a floresta do Planalto Leste dirigiram-se ao Asemana para denunciar aquilo que consideram um atentado a um dos princípios fundamentais da Constituição: direito à propriedade. “*Somos donos legítimos das propriedades porque foram compradas com o nosso dinheiro. As despesas da escritura pública foram pagas por nós e pagamos os impostos todos os anos; tudo isso com o objectivo de salvaguardar o sustento da nossa família e dos nossos filhos em particular*”, disse o porta-voz do grupo.

Com isso, reitera aquele proprietário, não querem dizer que se posicionam contra a preservação de um dos mais importantes perímetros florestais de Cabo Verde. “*Todos nós compreendemos o papel fundamental que ele desempenha no ecossistema da ilha e estamos dispostos a contribuir para a sua conservação e desenvolvimento*”.

O que exigem é que os seus direitos sejam respeitados na base do diálogo com os dirigentes da Delegação Regional do MAA.

O Planalto Leste é composto naturalmente por uma “*trilogia económica*”, que se divide em floresta, agricultura de sequeiro e criação de gado. “*Se esses sectores forem bem enquadrados no seu desenvolvimento e legalmente definidos, tornando a sua população como o centro de tudo, conseguiremos preservar a nossa floresta, aumentar a nossa produção agrícola e desenvolver o nosso gado*”, disse um dos proprietários descontentes.

MAA CONTRAPÔE

Orlando Freitas, delegado Regional do MAA em Santo Antão, diz respeitar as reivindicações destes proprietários, mas realça que não concorda com todas as afirmações, pois “*o perímetro do Planalto Leste tem uma administração directa e independente e rege-se pela Lei Florestal*”. Contudo, Freitas reconhece que “*há necessidade urgente de regulamentar a referida Lei para adequá-la à realidade concreta de cada ilha e definir claramente as áreas florestais, agrícolas e de criação de gado. Também é preciso clarificar melhor os direitos dos proprietários das parcelas*”.

Freitas afirma ainda que a equipa florestal que gere o

perímetro – composta por fiscais, guardas e trabalhadores – “*tem procurado cumprir os seus deveres na aplicação das normas técnicas e legais de intervenção na floresta*”. Não descarta, entretanto, a possibilidade de haver, por vezes, algum excesso de zelo da equipa para com os donos das parcelas florestadas, devido ao desconhecimento de certas normas. “*Quando assim acontece, a delegação Regional do MAA tem sempre procurado resolver os problemas na hora exacta*”, pontua o entrevistado.

Orlando Freitas reitera que o MAA tenta sempre manter boas relações com esses proprietários. “*Porém, às vezes, alguns desrespeitam a Lei Florestal e temos de agir para normalizar as coisas. Todos os anos, após o abate das árvores nas respectivas parcelas, são informados e recebem os 15% da produção que a lei lhes confere*”.

Nota-se, todavia, que a lei referenciada precisa ser não só regulamentada como socializada na medida em que a maioria dos proprietários desconhece essa norma legal. É que apesar dos proprietários das terras reconhecerem que recebem a percentagem referida pelo delegado do MAA, dizem ignorar em que termos é calculado o valor. O que mais querem é ter direito também a praticar agricultura, a criar o seu gado por aquelas bandas, até porque adquiriram as parcelas para este fim.

Manuel Nascimento

Nas entrelinhas do Júlio Correia



ANTERO COELHO

Os resultados das últimas eleições autárquicas no país deram lugar as mais diversas leituras políticas, mas sobretudo a fugas p'ra frente e até mesmo a oportunismos declarados ou velados. Mas não só. Também deu lugar a triunfalismos históricos, aparecimento ou reanimação dos profetas do mal, coveiros frustrados do Partido da Independência e guardiões que sacodem a água do capote depois da evasão do convento e se apresentam depois como salvadores do mesmo.

Uns estão no PAICV ou próximos dele, outros no MpD, e ainda outros peões, “capitalinos” que morrem com uma espinha teimosa atravessada na garganta e que se dá pelo nome de S. Vicente.

Entrevistas e artigos de opinião proliferam. Aham que é hora de mandar embora aqueles que nestes últimos sete anos foram os timoneiros no desafio de transformar o país e colocá-lo, definitivamente na senda do desenvolvimento. Nisto não falta sequer a contribuição de gente que foi marinheiro deste mesmo barco, porque certamente já não querem senão o lugar de comandante.

Mas de tudo o que de bom e de mau li, prendeu a minha particular atenção a entrevista do Dr. Júlio Correia (JC), membro da Comissão Política do PAICV e até há bem pouco tempo Ministro da Administração Interna no Governo do Dr. José Maria Neves.

Essa entrevista, publicada pelo jornal **Asemana** de 30 de Maio de 2008, vinda de quem vem, é no mínimo curiosa. Sim, curiosa porque se é verdade que há muito correu célere a notícia de que JC pretende o lugar de Presidente do PAICV, aspiração a todos os títulos legítima, não era contudo suposto que para abrir caminho fizesse uso de tanta incoerência, contradições e deselegância política.

Com efeito, Júlio Correia não coíbe em atacar ex-colegas de Governo e da Comissão Política, tratando-os de incompetentes e arrogantes.

É claro que Júlio Correia diz verdades sobre o funcionamento do Partido, mas empresto dele o termo, para dizer que as suas constatações são por demais inócuas, porque já sabidas. De resto, essas verdades não lhe servem senão de invólucros para terríveis munições, elegendo uma vítima a abater, que na sua visão pode vir a ser escolhido na sua caminhada para o pódio. E a vítima é então o Engº Manuel Inocêncio, Ministro das

Infra-estruturas, Transportes e Mar, contra o qual há muito se vem virando as baterias, pois lá diz a minha boa gente de S. Antão que “*só se atira pedras à mangueira que tem mangas*”.

Os detractores admitem que Manuel Inocêncio tem categoria para presidir o PAICV e ser primeiro-ministro deste país, com classe. Por isso, irónicamente, tira-lo do caminho é a melhor receita encontrada.

Porém, nós militantes aqui em baixo não esperávamos que isso viesse de um JC, seu colega de Governo, da Comissão Política e não sei que mais. Júlio Correia além de considerar que os seus colegas de governo são todos arrogantes, não inibe ainda de repetir o discurso recorrente e desgastado do MpD, ao afirmar que “*temos que dar atenção às pessoas*”, que dito de outro modo, o Governo não cuida das pessoas, não é solidário. Tudo dito por JC, o homem que já foi responsável pelo Trabalho e a Solidariedade neste país, e que, diga-se em abono da verdade, deu-se nas vistas, positivamente, sobretudo na área da solidariedade.

Quando a questão envolve o seu nome, tira o corpo fora, pois não é com ele. Se os louros lhe tocam, é ele quem fez. E se não é ele, chama os louros para o colectivo e toma parte. Por exemplo, deixa entender que, no Fogo, a vitória é-lhe devida, porém as vitórias do PAICV em S. Vicente nada têm a ver com Manuel Inocêncio. São apenas porque *o PAICV é forte em algumas ilhas*, diz ele. Desta forma, comportando-se, como chamar de arrogantes aos colegas?

Nesta questão, neste ataque desmesurado, eu sei, eu estou convicto que o nome Manuel Inocêncio é, em grande parte, uma espécie de metáfora de S. Vicente ou mesmo da região de Barlavento.

Júlio arroga-se de ter resolvido o contencioso com os trabalhadores da Empa, do mesmo passo que descarta qualquer comparação entre o caso dos despedimentos Empa/Transcor com os dos TACV. Coisas diferentes como, caro camarada? Nas circunstâncias em que foram feitas, despedir nos TACV, na perspectiva de viabilização, é evidentemente mais positivo que o caso Empa. Mas no caso Empa, deve-se repor a verdade, a justiça: não foi o então Ministro do Trabalho, Júlio Correia, que resolveu a questão. Não! As negociações estavam completamente bloqueadas, os trabalhadores em alvoroço, e visto isso, cumprindo o meu dever de deputado saído das fileiras sindicais, fiz aquilo que os trabalhadores esperavam de mim. No início de uma sessão, cuja data agora não posso precisar, as galarias do Parlamento encheram com os trabalhadores da Empa, quando coincidentemente tinha preparado uma intervenção para o período antes da ordem do dia sobre a questão Empa. Foi logo a seguir a essa intervenção que o Primeiro-ministro comunicou-me que ia dar instruções claras para que as negociações fossem retomadas e se resolvesse o contencioso. E assim foi. Os trabalhadores da ex-Empa estão quase todos vivos e não deverão ter esquecido esse episódio. As actas e as gravações da AN existem. Quiçá, nesta também, o Primeiro-ministro tenha sido “arrogante”. Porém, para mim, e creio que para os

trabalhadores, melhor foi assim. Mas quem resolveu a questão, de facto, foi o Primeiro-ministro.

Aliás, há que dizer que o Dr. José Maria Neves tem tido bons ministros de solidariedade ou pelo menos de promoção social, mas do Trabalho nunca conseguiu tal desiderato, razão porque, não raras vezes, em momentos de conflito, ele próprio teve que fazer esse papel.

Mas a entrevista do Dr. Júlio Correia deve ser entendida também como a tentativa de utilização de bombas de fragmentação e deflagração por simpatia. Atingir directamente aquele que julga ser o escolhido na sua caminhada para a presidência do PAICV - Manuel Inocêncio - enquanto abria a jaula dos que, na Praia, vivem com esta espinha de S. Vicente encravada na garganta, para o devorar, deixando do mesmo passo encurralado o Dr. José Maria Neves, o que por sua vez serviria para, de imediato, condicionar o Primeiro-ministro a não dar importância devida a representatividade da zona mal-amada de Barlavento na próxima remodelação governamental, que já admitiu para breve, tal a estratégia de JC.

Sim, eu disse bem, representatividade da zona mal-amada de Barlavento! Abram todas as jaulas e atirem-me em cima todas as feras, mas vou repetir que é tempo, mais do que tempo, de acabar com essa hipocrisia de tentar fazer crer que este problema não existe, pois existe e está patente.

Os representantes de S. Vicente e de Barlavento, no todo, a nível nacional, onde me incluí (fui deputado nacional durante cinco anos, eleito pelo círculo de S. Vicente), dizia, sempre pecaram, porque diferentes dos outros, sempre quiseram ser nacionais, politicamente correctos, despedidos do “*local proud*”, e assim foram omissos em várias questões em que deviam fazer sentir a voz desta região. Enquanto isso passaram o tempo ouvindo defesas regionalistas baseadas em análises sociais assentes num único factor: a demografia. - Somos mais cabeças e por isso primeiros nós, segundo nós, terceiro nós e depois ver-se-á. Situação que é tal e tanto que ouve-se hoje dizer, penosa e resignadamente: fulano servia bem para este ou aquele cargo, mas ele nunca vai conseguir porque é de Barlavento. E não é, sequer, uma “*dúvida existencial*”. É sim uma verdade dolorosamente vivida, por nós todos, com uma vergonha hipócrita. Quiçá porque é uma das reminiscências da nossa costela africana, tão viva quanto o batuque ou a tabanca.

O PAICV precisa mudar sim. A sua liderança, sobretudo a Comissão Política e o Secretariado Nacional têm que ser mais explícitas e expeditas, mais abertas, capazes de mobilizar as vontades dos militantes e dos amigos, que podem contribuir para o enriquecimento da acção do Partido. Mas isto não é novidade para ninguém e é tarefa fundamentalmente da Comissão Política, enquanto colectivo dirigente, não podendo por isso nenhum dos seus membros vir aqui fora sacudir água do seu capote, pois são todos igualmente responsáveis.

Mas, do mesmo passo, há que haver coragem para combater todo e qualquer oportunismo no seio do PAICV, ainda que custe alguns amargos de boca, como, certamente, já este me vai custar.

JÚLIO CORREIA EM ESTRANHAS MANOBRAS

Quando terminei a leitura da entrevista concedida por Júlio Correia ao "A Semana" de 30 de Maio de 2008, pus-me a pensar no que terá levado o homem a bombardear o quartel inteiro do PAICV. Está certo que por alguma razão ele escolheu alguns alvos a abater, mas não precisava ser desta forma demolidora. Como eu, muitos devem ter reparado que numa só entrevista, ele acaba por denegrir a imagem do Governo e do PAICV, mais do que supostamente teriam feito todos aqueles que a todo o custo ele quer limpar do seu caminho.

Por que razão ele apelida alguns membros do governo de arrogantes, incompetentes e insensíveis? Se ele há pouco mais de um ano mal cumprimentava o Eugénio Veiga porque era radicalmente contra a política dele em S. Filipe, porque é que agora são unha e carne? Será que se Luís Pires tivesse ganho as eleições, como era claramente previsto, faria o mesmo discurso?

Se, em aproximadamente quatro meses, sem partido e ao que parece sem dinheiro, Luís Pires conseguiu 2195 votos num universo de cerca de 10.000 votantes é porque já demonstrou ser uma voz incontornável e uma luz forte irradiando em S. Filipe; essa luz ao que tudo indica vai continuar a propagar ao sabor das necessidades e exigências dos Sanfilipenses.

Contrariamente ao que diz o Júlio Correia, muitos apreciaram o comportamento exemplar de Luís Pires ao pedir a suspensão do seu mandato como Presidente da Assembleia Municipal, 90 dias antes das eleições, precisamente para evitar suspeições e especulações maldosas: Pelas mesmas razões, como Delegado da Educação em S. Filipe, ele pediu, igualmente, as suas férias a que tinha direito, quase três meses antes ao que vieram juntar os trinta dias de campanha consagrados no Código Eleitoral.

Portanto está mais do que evidente que este não esteve a utilizar os recursos da Delegação da Educação, nos últimos três meses, para as suas campanhas como ficou dito na referida entrevista.

Luís Pires, segundo consta, quis tão-somente exigir a modernização da gestão municipal e melhorias no funcionamento do partido local. Reconheceu os ganhos e as conquistas e disse que era possível fazer mais e melhor; valorizou o percurso das pessoas que estiveram e ainda estão à frente do PAICV e disse que devia haver mais espaços para que outras pessoas possam também estar em cena e pensamos que não houve e nem há nada de mal na atitude dele ao querer apenas por S. Filipe acima de tudo, como disse nas campanhas.

De resto, a todos que desempenham funções devem ser cobradas profissionalismo e responsabilidade e isto ao que parece não faltou a este profissional. É bonito o exercício da democracia e ele como todos os cidadãos tem direito a ter opinião contrária servindo responsabilmente o seu município e o seu país.

Quanto a mim, Júlio Correia confundiu o Partido com o Estado e não fez a diferença entre os dois, quando diz que não admitiria que técnicos da saúde nos Mosteiros, bem como outros funcionários pertencentes ao governo do PAICV, integrassem as listas da oposição ou pudessem participar na vida política do seu país. Ora, devo fazê-lo lembrar que num Estado de Direito Democrático, qualquer cidadão é livre de ter as suas ideologias políticas e de escolher livremente o candidato que o represente no desenvolvimento da sua comunidade, região ou país.

Em relação ao Inocêncio, não obstante concordamos

que merecemos um aeroporto melhor, penso que pelas grandes obras que a ilha do Fogo espera e pelas que já foram feitas por ele em Cabo Verde, não merecia tamanha desconsideração.

Estranhei entretanto que Júlio Correia, não tivesse sentido a coragem de falar das obras do Eugénio largamente criticadas, ignorando as opiniões dos outros eleitos, dos técnicos e dos munícipes. Obras essas adjudicadas sem concursos públicos, dirigidas na sua grande maioria por empreiteiros sem qualificação e sem alvarás, "entulhando", por isso, aqui e ali milhares de contos.

É evidente que o partido se descuidou muito do caso de S. Filipe. Pela experiência acumulada todos esperavam um desfecho diferente neste concelho e certamente um PAICV mais consolidado, mais unido e mais organizado. Não há dúvidas de que alguns dirigentes nacionais e regionais desse partido falharam redondamente e contribuíram, de que maneira, para que houvesse desorganização, desentendimento e conflitos entre seus militantes e amigos. Eu, que fui membro do partido local, com cartão de militante, trabalhando activamente para o partido, fiquei tristemente de fora e ninguém olhou por mim na "poda" que fizeram aquando das primárias que não chegaram a ser realizadas. Poda, foi o termo abusivamente utilizado pelos que se acham donos do PAICV em S. Filipe. Onde estava, na altura, o Júlio Correia?

Em São Filipe, esta desorganização aparentemente organizada, como diz o outro, poderá repercutir negativamente nas próximas eleições legislativas, se o partido local continuar com esta postura bloqueadora de novas pessoas e de novas ideias.

Porque é que alguns membros do Sector do PAICV em São Filipe têm tanto receio da juventude sanfilipense e de inovar? Pois, é verdade que foram centenas de militantes excluídos das fileiras do PAICV. Será que o Sector de São Filipe precisa dos militantes e simpatizantes apenas no momento das campanhas eleitorais?

Faço votos que, perante os resultados das autárquicas em S. Filipe se consigam as melhores negociações possíveis, entre as formações representadas nos órgãos, no sentido de viabilizar a governação camarária, propondo e exigindo medidas que ponham os interesses da população e do município acima de tudo. E do jeito em que cada dirigente e governante atenda e absorva as opiniões e solicitações, com respeito e orgulho, para que São Filipe apanhe o comboio da transformação de Cabo Verde. E, para que tudo seja negociado sem sobressaltos e com melhor transparência na gestão camarária, Eugénio Veiga deverá deixar as suas teimosias de lado e estabelecer um clima relacional, de diálogo franco e aberto e que os processos não estejam centrados em si mesmo. Ele já disse que não quer negociar com Luís Pires. Já cometeram todos um primeiro erro, um segundo será imperdoável...

Para terminar, em relação ao Júlio, nós do Fogo gostaríamos de saber das suas pretensões estrategicamente apresentadas, na sua entrevista que pensamos ser pela seguinte ordem de preferência: Primeiro - Será que quer ser presidente do partido e primeiro-ministro?



MÁRIO CELSO LOBO

Segundo - será que quer ser cabeça de lista do círculo ilha eliminando, por isso, atempadamente o Lívio Lopes e o Sidónio Monteiro; ou ainda em terceiro plano e porque constitui uma das suas ambições - será que deseja ser presidente de câmara de S. Filipe, e por isso deseja ver-se livre de Luís Pires e de Lívio Lopes, ainda, para todos os efeitos, candidáveis de peso? Tenho dito.

São Filipe, Junho de 2008.

Visite o Brasil!

VENHA SORRIR CONOSCO!

33 anos de experiência

Dr. VICENTE BELCHIOR
Odontologia Especializada

- Implantes com Carga Imediata (sua prótese fixa em apenas um dia)
- Especialista em Implantodontia e Prótese Dental
- Tratamento da disfunção da ATM
- Odontologia Estética
- Implantes Dentários
- Reabilitação Oral

Visite o portal do seu sorriso
www.vicentebelchior.com.br

Rua Torres Câmara, 700 - Aldeota - Fortaleza - Ceará/BRASIL
Tel: +55 (85) 3261.0282 - 3224.5328 - 9985.5230
E-mail: vicentebelchior@vicentebelchior.com.br



EMANUEL FURTADO

A Declaração de Princípios do PAICV consagra a dignificação da pessoa humana como a razão essencial da acção política e considera uma opção ética que os cidadãos se inquietem e se indignem com as situações de injustiça e atropelo aos espaços vitais de realização da pessoa, com base na livre expressão da diferença, na liberdade de crítica e opinião, pautadas, todavia, pela exigência de uma ética de responsabilidade. Nesta perspectiva, acolhendo e respeitando o princípio do contraditório como elemento constitutivo da própria democracia, o PAICV deve empenhar-se activa e sinceramente, através do diálogo e da negociação, na construção dos consensos necessários ao desenvolvimento do país.

Na verdade, a liberdade, a democracia, a igualdade, a justiça e a solidariedade são os principais valores cimeiros que constituem a exigência moral na acção do PAICV. Esses valores, essenciais para a dignificação da pessoa humana, projectam-no no plano económico, social e cultural, pelo que o PAICV deve ser, efectivamente, uma escola de cidadania, que promove e defende os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e a intensificação da democracia política. Assim, o partido deve continuar a trabalhar no sentido de que os valores consagrados na sua Declaração de Princípios sejam propiciadores da participação cívica e política dos cidadãos, sempre no respeito pelas suas convicções éticas, filosóficas ou religiosas.

Na perspectiva pessoal da ética, i.e., que estejamos de acordo com a nossa própria consciência, o mais importante é que a frontalidade, a franqueza e a coerência nos permitam chegar a entendimentos sobre os aspectos de maior relevância para a satisfação das necessidades (muitas vezes básicas) da pessoa humana. É recorrente ouvir-se dizer que todos somos poucos para construir a nação cabo-verdiana. E eu penso que é verdade. Por isso, a contribuição de todos é válida, mas é pena que na cabeça de algumas pessoas (com responsabilidades políticas importantes) isso não passe de uma frase feita, pelo que simplesmente se recusam a absorver todas as contribuições, de todos os cabo-verdianos, independentemente da cor dos seus olhos.

Nesta altura, não vale a pena tapar o sol com a peneira! A propósito (ainda) das eleições autárquicas de 18 de Maio último, todos nós, do PAICV, cometemos os nossos erros e é preciso assumir isso, exorcizar todos os males! Temos coisas

antigas e coisas novas (situações mal resolvidas)! Temos erros de cálculo e temos o desbaratar de potencialidades! Temos apostas mal feitas (sem o necessário consenso) e temos estratégias mal delineadas! Mas, é preciso também dizer que perder eleições não deve ser encarado como nenhum drama, pois a população vota em consciência e penaliza aqueles que falham, pelo que, independentemente das circunstâncias, temos que superar o discurso de fraudes eleitorais e evoluir para uma situação de trabalhar cientificamente, na identificação das reais causas do descontentamento das populações, razões pelas quais as pessoas votam ou deixam de votar em determinada força política.

Temos de ser capazes de ultrapassar a ideia de “oposição interna ao partido, de criar stress à governação”, pois quem faz isso é a oposição partidária. Os membros do PAICV são titulares de direitos políticos, mas também de deveres, estando pois legitimados a defender a liberdade e a democracia e a propugnarem a “construção de uma sociedade mais livre, mais justa, mais solidária e mais desenvolvida”. A personalização do poder e o culto da liderança como se da Divindade se tratasse, em nada abona a favor da construção de entendimentos úteis para o partido e para o país. Temos de nos lembrar do que fizemos mal no passado, para podermos corrigir as nossas acções futuras.

Temos de saber definir com clareza qual o papel da JPAI dentro do partido e em que medida ele é necessário e pode ser útil. Concordo que devam existir “regras mais consistentes, justas e transparentes de ascensão na política, com base em sistema democrático concorrencial em que o mérito é a base”. Mas mais, é importante que o discurso seja condizente com a prática e que a questão do mérito não tenha um elevado grau de subjectividade, sob pena de estarmos a confundir lealdade com seguidismo, amizade com amiguismos. E se, efectivamente, “não há dúvida alguma que a juventude tem encontrado no PAICV uma organização onde, por excelência, é estimulada” a dar a sua contribuição e concretizar as suas “legítimas ambições políticas e de cidadania”, teremos a oportunidade de verificar isso, ao longo desse período que decorrerá até ao próximo Congresso do partido, a realizar-se em 2009.

Também do meu ponto de vista, a juventude tem sim no PAICV uma organização aberta e não precisa que o partido crie “regras de excepção para os jovens singrarem na política” pois seria, realmente, “o mais puro paternalismo”. Entretanto, todos nós devemos realizar um esforço para que as regras existentes no partido sejam conhecidas (e clarificadas, em caso de dúvidas) e apreendidas, de modo a não termos de, sequer, pensar

em “separar o trigo do joio”, pois todos somos igualmente importantes, apesar de termos responsabilidades diferentes. Por outro lado, embora não conceba a ideia de que uns são “bons” e outros são “maus”, haverá, certamente, comportamentos distintos e que espelham o grau de comprometimento de cada um de nós para com os interesses do partido e o nosso nível de responsabilidade, pelas nossas acções.

Por conseguinte, sendo o PAICV uma organização política de cabo-verdianos e cabo-verdianas, aberta à participação de todos, inclusive de estrangeiros residentes nestas ilhas, as pessoas têm a liberdade de entrar e de sair do partido, quando bem entenderem, em princípio por vontade própria, desde que não tenham cometido nenhuma grave ilegalidade que justifique a sua expulsão. Portanto, as regras de jogo político interno devem ser aprofundadas e aperfeiçoadas; os padrões de atitudes e comportamentos devem ser definidos e por todos observados; e a dessacralização do poder deve permitir o exercício do contraditório, de forma frontal e transparente.

Apesar dos percalços que, na minha opinião, resultam de um deficiente trabalho de gestão das expectativas dos membros do PAICV, mas também do desgaste na imagem de alguns dirigentes do partido, associados a outros factores que devem ser convenientemente aprofundados e debatidos internamente, julgo que estamos em condições (e temos capacidades para tal) de reagrupar as nossas forças e continuar a batalhar para o desenvolvimento do país. O compromisso do PAICV é para com Cabo Verde e as suas populações. Estamos à altura de vencer os desafios que se nos colocam, bastando-nos um sentido de humildade; um espírito de sacrifício; uma ética da responsabilidade; e “atitudes generosas”, sobretudo, para com as franjas da população em situação de maior carência sócio-económica.

Mas temos, também, de ser capazes de resistir à pressão especuladora daqueles que, pelo seu sentido de oportunismo, se fazem passar por «obreiros e curandeiros» e se prontificam a «ajudar o partido». Neste particular, acho que devemos olhar o passado recente do PAICV (designadamente, desde o processo de travessia no deserto até às vitórias de 2000/2001) e procurarmos conhecer-nos melhor uns aos outros; compreendermos a linguagem que cada um de nós fala; sabermos quais as atitudes que, interna ou externamente, hostilizam a direcção do partido; enfim, saber quem é quem no PAICV e que todos tenham o necessário sentido de responsabilidade e de coerência!

Numa fase em que o governo do PAICV conseguiu já resolver as grandes dificuldades macro económicas que encontrou, no início do seu primeiro manda-

to, e lançou as bases para o relançamento do desenvolvimento económico do país, importa reter a necessidade de construir/ampliar um espaço de participação de todos os cabo-verdianos, residentes e na diáspora, nesse processo. A nível interno, o partido deve inverter o deficit de funcionamento, de comunicação e de contacto com as bases. Nós devemos ser muito mais do que um partido de elites e ir procurar a nossa sustentação nas estruturas de base e reforçar, por outro lado, o relacionamento com a sociedade civil.

A ideia de um partido de esquerda deve fazer-nos reflectir sobre qual tem sido o seu sentido concreto dentro do PAICV. A assunção das tradições humanistas deve traduzir-se em medidas de política com grande sensibilidade social, que combata as assimetrias locais e regionais e fazendo com que as populações de todos os cantos e recantos de Cabo Verde possam aceder ao progresso e modernização conseguidas pelo ambiente de crescimento económico favorável dos últimos anos. As grandes obras infraestruturais (estradas, portos e aeroportos) encetadas por este governo, devem ter sequência temporal e contribuir para o combate ao desemprego, a pobreza e a exclusão social.

O governo do PAICV está desafiado a continuar o processo de transformação de Cabo Verde num país moderno e desenvolvido, onde todos têm igualdade de direitos e oportunidades no usufruto da riqueza nacional. Os novos acordos conseguidos pelo nosso país com os seus parceiros internacionais devem estimular ainda mais a iniciativa e o empenho dos cabo-verdianos na materialização dos seus projectos (sejam pessoais ou colectivos) e que estes contribuam para a promoção do emprego e do bem-estar. Igualmente, esses acordos devem significar uma oportunidade de continuarmos a trabalhar no sentido da protecção social (fundamentalmente, da infância, da terceira idade e dos adolescentes e jovens em situação de risco social); da redução das desigualdades e promoção da coesão social; da defesa e promoção do ambiente.

Uma visão holística da vida, da natureza e do desenvolvimento, que é defendida pelo PAICV, deve ser melhor comunicada à sociedade cabo-verdiana, de modo a que todos possam alcançar a consciência da necessidade de intervir com uma praxis ecológica, a fim de garantir o necessário equilíbrio sistémico entre a preservação da natureza e o desenvolvimento económico e social do país. Os dados estão lançados e é necessário trabalhar para que as medidas de políticas já formuladas e em implementação não sejam postas em causa, por descuido ou por meras conjecturas de que a oposição pode fazer melhor, sem que tal tenha provado. Assim, o Parlamento será o palco político adequado para se tirar a prova dos nove.

A ESTRADA DE RIBEIRA DA TORRE, O ASFALTO E EU



Exmo. Sr. Ministro da Infra-estrutura, Transportes e Mar Eng. Manuel Inocêncio.

Há mais ou menos coisa de dois anos, escrevia-lhe uma "cartinha", creio que na Revista A Semana, já não me lembro bem, sobre a precisão que uma estrada como deve ser fazia (e faz ainda) ao meu querido Vale de Ribeira da Torre, lá em Santo Antão. Dvéra dvéra, Sr. Ministro, sai ano entra ano, sai às-secas entra às-águas, e lá ficam as minhas gentes entre a felicidade rural das chuvas de Setembro e o credo-na-boca pela estradinha de terra que mal chega uns borrifos vindo de Rabo Curto vai logo desarvorando a caminho do mar de Tarrafal, numa pressa de não sei que diga, Sr. Ministro! E por dias a fio, é um tal de saltar de pedra em pedra naquela ribeira, é um tal de defender-se de poças de água que um cristão já nem pode ir de um lugar a outro do Vale na boquinha da noite para ver uma piquena sem correr o risco de um tchluf de estragar calça de óngri, caramba! Isto sem contar com o azar de um vivente que resolve bater a caçuleta bem no meio desses dias-sem-estrada... Já imaginou um enterro no meio de cascalho e água, Sr. Ministro?

De modo que pode imaginar a minha imensa alegria naquela manhã de domingo ali em Quebra-Canela, quando o Dias me diz que já estava garantido o financiamento para aquela estrada, Sr. Ministro. De tão emocionado que fiquei, pus-me logo ali a telefonar feito um maluco à malta de Fajã Domingas Benta para dar a boa nova, o Pina (que ainda encontrei deitado), o Zim de Yaiá, o meu irmão Naiss... Fiquei doido de felicidade, Sr. Ministro: finalmente o meu velho Junzim de Pólina vai poder andar em uma estrada de jeito naquela ribeira antes de morrer, um desejo que ele me manifestara numa das minhas rápidas viagens à ilha.

Este lero todo, Sr. Ministro, é no entanto apenas um preâmbulo para desabafar

consigo uma angústia que me vai na alma há já algum tempo, desde que ouvi uns rumores - e o Dias confirmou-me - de que a estrada todinha vai ser feita com asfalto. Meu irmão, que me deu a notícia pelo telefone, quase não aguentava de felicidade e dizia-me em catadupa ainda sem perceber o meu silêncio de espanto, que finalmente nós também vamos ter uma estrada moderna elegante e bonita que nem aquês de tchon d'Holanda, moço!, ou como aquela bonitona que vai da Praia à Assomada que nós vemos aqui na televisão. Asfalto? Cortei-lhe o monólogo indelicadamente. Asfalto, dizes-me tu? Até Xoxô?! Sim, moço, até Xoxô...

Exigências legais, diz-me o Dias quando lhe telefono para confirmar a notícia. Estradas nacionais acima de 3kms devem ser feitas de asfalto. Projectei-me, então mentalmente para um futuro não muito longínquo quando a estrada for inaugurada, pousei meu corpo justo ali naquela curva em Marrador debaixo da casa do Armindo de Nóna, só para "sentir" - mais do que ver - o quadro que então se desenhava. E vi, Sr. Ministro. Acobra negra de asfalto a penetrar - como uma violação sexual - a passagem do Canto junto ao pé de borracha onde diz a lenda que as bruxas da ilha se encontram nas noites de lua minguante. O negro do asfalto + o verde que teimam em não combinar mesmo quando tento forçar um quadro feito arte-moderna. A negritude do asfalto manchando uma das paisagens mais belas - senão a mais bela - de todas essas ilhas, Sr. Ministro: a bacia de Xoxô.

Eu não concordo com a solução asfalto, pelo menos para toda a estrada, Sr. Ministro. Falo por mim, naturalmente, e apenas enquanto cidadão nascido e criado naquelas bocanãs. Sou contra o asfalto em toda a estrada, pelo seu impacto na beleza paisagística que caracteriza o Vale como um dos mais emblemáticos de Cabo Verde, sou contra, por a longo prazo poder reduzir a competitividade do Vale na atracção de um tipo especí-

fico de turismo assente na preservação ambiental e na diversidade paisagística, sou contra porque acredito que existem outras alternativas. E, digo desde já, não me convencem os argumentos de falta de pedra ou de calceteiros para uma obra daquela dimensão: não fosse o vale o que é em termos de stock de pedras, não tivesse o povo daquela ilha construído verdadeiras obras-primas em forma de estrada - só com pedra de calçada - como sejam as estradas Porto Novo / Ribeira Grande, Ribeira Grande / Paúl, Ribeira Grande / Ponta do Sol, etc.

Não sou técnico em matéria de construção de estradas, Sr. Ministro. Falo, por isso, como um simples cidadão de Ribeira da Torre, como um amante das coisas belas da vida, e, se quiser, como um projecto de poeta, que tantas vezes se inspirou sob a sombra das mangueiras no viradouro ali em Xoxô entre dois dedos de conversa com Nhô Djô d'Afonso que-Deus-tenha.

Acredito que existem outras soluções, Sr. Ministro. Uma, amais radical e corajosa, seria construir a estrada integralmente de pedra de calçada, desde a Povoação até Xoxô. Que se refaçam as leis, pois. Outra, digamos uma solução mista para contornar o impedimento legal, seria levar a estrada

com asfalto até Boca da Ribeira de Patinhas, e após a passagem para o outro lado de Biquim, utilizar a pedra de calçada até o final na Bacia de Xoxô. Esta solução, além de preservar o delicado equilíbrio paisagístico no Canto e em Xoxô, poderia ser utilizada criativamente para resgatar e divulgar a "velha" arte dos famosos calceteiros da ilha, através de equipas mistas compostas por artesãos mais experientes e por jovens que, a partir dali poderiam formar micro e pequenas empresas de aplicação artística da pedra - promovendo uma técnica de construção coerente com a estratégia de ecoturismo que se pretende para Santo Antão.

Por isso, Sr. Ministro, perdoa-me o atrevimento de lhe pedir que pense um pouquinho no assunto outra vez. Enquanto é tempo e enquanto as gerações futuras não nos esfregam no rosto das nossas lápides a factura de uma infraestrutura não-sustentável. Não mate em mim - com o negro do asfalto - esta alegria de saber estrada nas curvas de Ribeira da Torre, Sr. Ministro...

Cidade da Praia, sobre uma fotografia verde de Xoxô, 02/06/08
Paulino Dias
Paulinodias21@yahoo.com

SECTOR DO LOTO

Concurso Nº2008/24 de 15 de Junho de 2008

TOTOLOTO

Números Extraídos: 9 - 14 - 16 - 20 - 38 - 48

1.º Prémio.....1665.154,00.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....352.284,206.....58.714
3.º Prémio.....528.426,30.....144.....3.669

JOKER

Número Premiado: 952578

1.º Prémio.....9.125.925,50.....0.....(JACKPOT)
2.º Prémio.....206.900,60.....0.....(JACKPOT)
3.º Prémio.....161.596,65.....4.....49.399
4.º Prémio.....269.327,75.....51.....5.280

Previsão para esta semana (Concurso nº 25 de 22-06-08)

TOTOLOTO

2 600 000\$00

JOKER

9 700 000\$00

Pode ser esta a semana da sua sorte. JOGUE!